

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LEONARDO KUHN DA SILVEIRA

**IMPLEMENTAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA EM
EMPRESAS DE CAXIAS DO SUL: A PERCEPÇÃO DOS CONTRIBUINTES**

CAXIAS DO SUL

2017

LEONARDO KUHN DA SILVEIRA

**IMPLEMENTAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA EM
EMPRESAS DE CAXIAS DO SUL: A PERCEPÇÃO DOS CONTRIBUINTES**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Dr. Alex Eckert
Orientador TCC II: Prof. Dr. Alex Eckert

CAXIAS DO SUL

2017

LEONARDO KUHN DA SILVEIRA

**IMPLEMENTAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA EM
EMPRESAS DE CAXIAS DO SUL: A PERCEPÇÃO DOS CONTRIBUINTES**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Dr. Alex Eckert
Orientador TCC II: Prof. Dr. Alex Eckert

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Dr. Alex Eckert
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Mes. Sinara Jaroseski
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Esp. José Alberto Momoli
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico este trabalho a minha família, que sempre esteve ao meu lado me apoiando, em especial aos meus pais Marcelo e Simone, pela compreensão e incentivo, que mesmo nas horas mais difíceis, foram essenciais para me manter firme nessa caminhada, de muita importância para a minha vida pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Alex Eckert, pela sua competência e orientação durante o desenvolvimento desta monografia. Agradeço a Deus por ter me dado saúde, força e capacidade para enfrentar obstáculos e seguir em frente. A minha família pelos momentos de nervosismo, mantiveram a compreensão e paciência. Meu agradecimento em especial é para o meu pai Marcelo Fogaça da Silveira e a minha mãe Simone Alexandra Kuhn, pois foram guerreiros junto a mim e vivenciaram cada passo dessa caminhada. Agradeço também ao meu avô Nelson Machado Fogaça da Silveira por todo apoio e suporte financeiro. Agradeço também a todos os demais professores o qual tive o prazer da convivência ao longo do período acadêmico, onde trocamos diversas experiências.

Muito obrigado a todos.

*“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades,
lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram
conquistadas do que parecia impossível.”*

Charles Chaplin

RESUMO

O avanço tecnológico proporciona a troca de informações em tempo real, sem haver fronteiras, proporcionando mudanças tanto aos prestadores de serviço quanto ao governo, com o objetivo de alcançar alternativas para acompanhar e se adaptar a essa modernização. Partindo desse contexto, o governo desenvolve, com ajuda da tecnologia e recursos computacionais, o projeto SPED, composto por doze subprojetos, com objetivos de padronizar e unificar o envio das informações. O projeto SPED começou a ser desenvolvido a partir da nota fiscal eletrônica, a pioneira dentro do projeto, expandindo para todos os setores da economia e para outros modelos de documentos fiscais, cabendo a cada órgão competente a implantação do modelo eletrônico. A partir disso, o governo municipal viu a necessidade de implementação de um modelo de nota fiscal eletrônica para os prestadores de serviço da cidade de Caxias do Sul. Com isso, o objetivo deste presente estudo, é analisar quais os principais benefícios, vantagens e dificuldades da implementação da nota fiscal eletrônica de serviços nas empresas do Escritório Sucesso LTDA, situado em Caxias do Sul. O método de estudo quanto aos procedimentos técnicos utilizado para o desenvolvimento dessa pesquisa foi survey, sendo levantados os dados através de questionários. Quanto aos objetivos da pesquisa, ela é de cunho descritivo e a abordagem do problema é qualitativa e quantitativa. Através da pesquisa realizada com os contribuintes, conclui-se que as principais vantagens e benefícios da implementação da NFS-e são a redução de custos, as informações em tempo real, a guarda de documentos na web e a assertividade na emissão de notas. Já as principais dificuldades apontadas pelos entrevistados são a adequação ao sistema da prefeitura, os investimentos em software, o treinamento com pessoal e a interpretação de legislações e dos manuais.

Palavras-chave: Projeto SPED. Documentos Eletrônicos. Nota Fiscal de Serviços Eletrônica. Implementação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Autorização para uso da NFS-e	34
Figura 2 – Acesso NFS-e	35
Figura 3 – Acesso ao ambiente de testes	36
Figura 4 – Login no ambiente de testes	36
Figura 5 – Acesso ao ambiente de produção	37
Figura 6 – Passos para credenciamento da NFS-e.....	37

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Características dos sistemas de informações	24
Quadro 2 – Legislações Municipais de Caxias do Sul referente à NFS-e	31
Quadro 3 – Descrição dos Serviços específicos citados na vedação a NFS-e	33
Quadro 4 – Relação das empresas selecionadas	43
Quadro 5 – Perfil dos Respondentes e da Empresa	44
Quadro 6 – Principal motivo de Adesão a NFS-e.....	46
Quadro 7 – Vantagens da implementação da NFS-e.....	47
Quadro 8 – Dificuldades da implementação da NFS-e	48
Quadro 9 – Papel do Contador perante adaptação da NFS-e nas empresas	49
Quadro 10 – Tipos de Sistemas	50
Quadro 11 – Identificação da empresa de Software	50
Quadro 12 – Necessidade de Contratação de Pessoal.....	51
Quadro 13 – Valor do Investimento em Contratação de Pessoal.....	52
Quadro 14 – Necessidade de Treinamentos	52
Quadro 15 – Valor do Investimento em Treinamentos	53
Quadro 16 – Necessidade de Investimento em Software	53
Quadro 17 – Valor do Investimento em Software.....	54
Quadro 18 – Visão do Contribuinte referente à criação do modelo da NFS-e	55
Quadro 19 – Informações destacadas do Questionário	56

LISTA DE ABREVIATURAS

art.	artigo
Dr.	doutor
n.	número
nº.	número
p.	página
Prof.	professor

LISTA DE SIGLAS

AIDF – Autorização de Impressão Documentos Fiscais
B2B – Business to Business
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CT-e – Conhecimento de Transporte Eletrônico
CTN – Código Tributário Nacional
DMS-e – Declaração Mensal de Serviços Eletrônica
DMST-e – Declaração Mensal de Serviços Tomados Eletrônica
ECD – Escrituração Contábil Digital
ECF – Escrituração Contábil Fiscal
EFD – Escrituração Fiscal Digital das Contribuições
EFD-Fiscal – Escrituração Fiscal Digital – ICMS/IPI
EFD-Reinf – Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída
ENAT – Encontro Nacional dos Administradores Tributários
ERP – Enterprise Resource Planning
ICP – Infraestrutura de Chaves Públicas
ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MDF-e – Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais
MEI – Micro Empreendedor Individual
NFC – Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal
PIB – Produto Interno Bruto
RFB – Receita Federal do Brasil
RPS – Recibo Provisório de Serviço
SI – Sistemas de Informação
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
TI – Tecnologia da Informação
UCS – Universidade de Caxias do Sul

LISTA DE SÍMBOLOS

%	por cento
R\$	reais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	14
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	15
1.3	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES	18
1.4	OBJETIVOS	19
1.4.1	Objetivo geral	19
1.4.2	Objetivos específicos	19
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	CONTABILIDADE.....	21
2.1.1	Conceito.....	21
2.1.2	Objeto, Função e Usuários da Contabilidade	21
2.2	CONTABILIDADE FISCAL	22
2.2.1	Conceito.....	22
2.2.2	Normas e Legalidades da Escrituração Fiscal	22
2.3	CONTABILIDADE E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS	23
2.3.1	Contextualização.....	23
2.3.2	Sistemas de Informação	23
2.3.3	Sistemas de Informação Contábil.....	24
2.4	A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	25
2.4.1	Conceitos da Administração Pública	25
2.4.2	A Inovação Tecnológica no Serviço Público	26
2.5	DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	26
2.5.1	Contextualização.....	26
2.5.2	Certificação Digital.....	27
2.5.3	Projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	28
2.5.4	A era digital do SPED e seus subprojetos	28
2.6	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA.....	29
2.6.1	Contextualização.....	29
2.6.2	Implementação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica em Caxias do Sul	30

2.6.3	Legislações em Vigor referente à NFS-e em Caxias do Sul	31
2.6.4	Obrigatoriedade a emissão da NFS-e.....	32
2.6.5	Adesão a NFS-e.....	34
2.6.6	Cancelamento da NFS-e	37
2.6.7	Benefícios da NFS-e	37
2.6.8	Consulta e Guarda da NFS-e.....	38
2.6.9	Recibo Provisório de Serviços – RPS	38
3	METODOLOGIA	40
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	40
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	41
4	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	42
4.1	ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	42
4.2	DEFINIÇÃO DAS EMPRESAS.....	43
4.3	REALIZAÇÃO DA PESQUISA E TABULAÇÃO DOS RESULTADOS.....	44
4.3.1	Perfil dos Respondentes	44
4.3.2	Motivo para Adesão a NFS-e.....	45
4.3.3	Vantagens e dificuldades encontradas após adesão da NFS-e.....	46
4.3.4	Papel do Contador perante a adaptação da NFS-e	48
4.3.5	Tipos de Sistemas Informatizados	49
4.3.6	Investimento em Contratação de Pessoal, Treinamentos e Software	51
4.3.7	Visão Geral do Contribuinte referente à NFS-e	54
4.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
5	CONCLUSÃO	58
	REFERÊNCIAS.....	60
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.....	66

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A Tecnologia da Informação - TI está cada vez mais presente no dia a dia das empresas. Esse avanço proporciona uma troca de informações em tempo real, mas as empresas devem ficar sempre atentas aos seus controles, pois a tecnologia tornou-se uma arma competitiva estando presente em todas as áreas da empresa. O governo, por sua vez, está modernizando diversos procedimentos. As informações que antes eram entregues em arquivos de papel, hoje são transmitidas eletronicamente, e órgãos fiscalizadores têm a informação instantaneamente.

Tais inovações oriundas do desenvolvimento tecnológico, promovidas pelo advento da informação para a Contabilidade, possibilitaram a simplificação dos procedimentos contábeis, proporcionando, ainda, maior segurança, confiabilidade e rapidez nas informações prestadas. Tais mudanças promoveram motivação do profissional contábil, que passou a dispor de mais tempo para análise dessas informações e conseqüentemente maior êxito na execução de suas tarefas diárias.

Um dos projetos desenvolvidos pelo governo nesse avanço tecnológico foi o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Esse projeto é composto por doze subprojetos: Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital das Contribuições (EFD), Escrituração Fiscal Digital – ICMS/IPI (EFD-Fiscal), Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD-Reinf), e-Financeira, e-Social, Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e). Alguns deles ainda estão em fase de implementação e outros já estão finalizados, todos com o propósito de unificar as informações (RFB, 2007).

Nesse contexto, visando trazer ainda mais benefícios à Contabilidade e sua administração pública competente, foi viabilizado um dos seus fundamentais componentes, denominado Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e). Conforme notícia publicada no Jornal do Comércio em 10/12/2014, alguns municípios do Rio Grande do Sul foram os primeiros na implementação desse novo modelo eletrônico, e destaca a cidade de Porto Alegre com a seguinte manchete: os dias estão

contados para as empresas prestadoras de serviços, isso porque a NFS-e estava começando a entrar em vigor na capital gaúcha, onde um grupo de 31 empresas já estava operando sob o novo formato (JORNAL DO COMÉRCIO, 2014).

Em linhas gerais, esse componente é responsável pela emissão e armazenamento eletronicamente em um programa de computador da Prefeitura Municipal, com objetivo de materializar os fatos geradores do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, por meio de um registro eletrônico das prestações de serviços sujeitas à tributação do ISSQN.

Assim, o presente estudo tem como foco uma revisão da literatura sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e). Na seqüência será abordada a metodologia empregada na pesquisa, seguido pela apresentação e análise dos dados. Finalmente apresentam-se as considerações finais e as referências utilizadas no estudo.

O presente estudo se justifica através de dois pontos importantes: primeiramente sob o ponto de vista acadêmico/científico, em que poderá ser útil para futuras pesquisas acerca do mesmo tema, e também no auxílio aos estudantes, contadores, programadores, principalmente para os empresários ou outros usuários da contabilidade.

Por outro lado, analisando o ponto de vista profissional, por se tratar de um projeto recente em Caxias do Sul, pouco explorado e ainda não obrigatório para todas as empresas, este trabalho também vem a contribuir para o aprofundamento a respeito do assunto, por caracterizar-se como marco para futuros estudos.

Ademais, considerando a importância do projeto na relação contribuinte, contabilidade e fisco, em virtude ainda de um número baixo de empresas obrigadas, esse estudo poderá servir para auxílio de novos contribuintes a adoção do projeto da nota fiscal eletrônica de serviços.

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

A contabilidade é tão antiga quanto à história da civilização, e advém da necessidade humana de registrar e proteger suas posses e controlá-las, organizando assim a sociedade humana economicamente. Com ela evoluíram várias outras áreas do conhecimento e seus instrumentos, como a matemática, que está

ligada à Contabilidade. Esta só conheceu os números abstratos devido à necessidade contábil, e vem evoluindo juntamente com a mesma (SÁ, 2000).

Ribeiro (2005), a Contabilidade é uma ciência social que tem por objetivo o estudo das variações quantitativas e qualitativas ocorridas no Patrimônio (conjunto de bens, direitos e obrigações) das entidades. Através dela é fornecido o máximo de informações úteis para as tomadas de decisões, tanto dentro quanto fora da empresa, estudando, interpretando, registrando e controlando o Patrimônio.

A informação gerada pela Contabilidade é tão relevante que, dentro da própria ciência, desenvolvem-se ramos específicos destinados aos usuários como é o caso da contabilidade fiscal, que segundo Padoveze (2004, p.26) “é relacionada com o fornecimento de informações para os administradores [...]”. Além disso, segundo o autor, a contabilidade fiscal facilita o planejamento, o controle e a avaliação interna para a análise das informações de âmbito tributário.

O repasse dessas informações fiscais dentro das organizações ocorre através de documentos, como relatórios, gráficos e apresentações diversas, que auxiliam os receptores desta a melhor elucidar os dados recebidos. Além disso, uma boa informação gerada reduz à incerteza no processo de tomada de decisões, aumentando a sua qualidade do serviço.

Com o passar dos anos, a Contabilidade tem sofrido constantes mutações, não apenas legais, mas também práticas. Esta evolução advém da própria necessidade do mercado em receber as informações cada vez mais detalhadas e hábeis para a tomada de decisões gerenciais, administrativas e financeiras. As empresas, cada vez mais, lançam mão da tecnologia para auxiliar seus gestores no processo decisório e na elaboração de planos estratégicos.

Atualmente, com a internet cada vez mais consolidada dentro das organizações, esse processo tornou-se muito mais ágil e prático. Quase todas as obrigações acessórias das entidades podem ser cumpridas através de programas de processamento de dados que tratam as informações e as remetem para os órgãos competentes. É claro que, com isto, a fiscalização também ganhou agilidade.

A tecnologia trouxe uma maior efetividade da administração pública para investigar e receber as informações mais detalhadas e claras a respeito do que o contribuinte irá declarar. Por isso o papel do profissional contábil é cada vez mais fundamental e decisivo para o desempenho da sua atividade, que pode tirar

proveito dessa nova era tecnológica, passando a ganhar tempo na elaboração dos serviços contábeis, abrindo um espaço para uma melhor análise dos trabalhos feitos.

Esse profissional precisa estar apto para cumprir com todas as obrigações necessárias de forma correta e clara. Os responsáveis pela fiscalização estão preparados e devido aos avanços tecnológicos eles possuem uma visão mais detalhada das informações prestadas pelo contribuinte.

Nos dias de hoje, o uso de documentos eletrônicos para a transmissão das informações está cada vez mais pertinente. A alteração do suporte material do papel para o meio eletrônico oferece rapidez e agilidade no trânsito das informações, gerando uma redução de tempo, espaços e custos na conservação desses documentos.

Vale lembrar que o documento eletrônico, com a devida firma digital aposta, é seguro, confiável, melhor administrável no sentido do seu armazenamento e recuperação, e sua comunicação mais eficiente e rápida, além de ser segura. No entanto, essa alteração de suporte deve satisfazer no mínimo o exato grau de segurança que os documentos em papel oferecem o que deve ser alcançado através de uma série de recursos técnicos.

Entre alguns documentos eletrônicos existentes, é possível citar particularmente a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), que é o documento emitido e armazenado eletronicamente na base de dados informatizada sob a responsabilidade de cada município. A NFS-e tem o objetivo de registrar e documentar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital e com a devida autorização de uso fornecida pela Secretaria da Receita Municipal.

Portanto, a NFS-e é considerado um documento fiscal de exigência apenas digital, que substitui as tradicionais notas fiscais de serviços impressas, onde, ao invés de emitir documentos fiscais manuais, deve somente informar os dados necessários para a caracterização do fato gerador.

O autor escolheu esse tema por estar passando por uma época de grandes inovações no ramo das tecnologias da informação, e estas afetando diversas áreas de atuação profissional e, em particular, a área contábil, que vem sofrendo transformações pelo impacto de novas ferramentas computacionais e de comunicação.

Por se tratar de um projeto recente, o autor teve incentivo familiar e pretende aprofundar os estudos e verificar de uma forma detalhada e esmiuçada se é vantajoso ou não a implantação desse projeto NFS-e no escritório de contabilidade da sua família.

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Quais os benefícios, as vantagens e as dificuldades que os contribuintes do escritório Sucesso LTDA de Caxias do Sul tiveram na implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica?

1.3 HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

Adoção da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica poderá beneficiar todos envolvidos na chamada cadeia de suprimentos, principalmente por propiciar uma melhor qualidade no serviço ao cliente em um período menor de trabalho.

Por outro lado, visando principalmente às empresas menos estruturadas, isso pode acarretar um custo financeiro inicial, custo com integração de sistemas, mudanças na estrutura da empresa que envolva tecnologia e gasto com a preparação de profissionais capacitados.

Automatização e agilidade na emissão das notas fiscais eletrônicas poderão facilitar o acesso ao contribuinte as informações da nota em tempo real. Mas, se as empresas possuírem uma demanda maior de notas fiscais vai ser necessário uma equipe especializada ou uma gestão de TI para avaliar a segurança do tráfego dessas informações, até mesmo a terceirização dos serviços de TI, que estaria, portanto, confiando as informações fiscais dos contribuintes às empresas de TI.

Há possibilidade que a implantação efetiva possa causar uma dificuldade que é apontada pelas empresas, as mudanças no processo interno como também na sua cultura organizacional.

O contribuinte emitente poderá ter um impacto positivo sobre a implantação da NFS-e através da redução de custos de: impressão; aquisição de papel; envio do documento fiscal; armazenamento de documentos fiscais; pela simplificação de obrigações acessórias, como a dispensa de AIDF – Autorização de Impressão de

Documentos Fiscais; redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira; incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com clientes (B2B).

O cruzamento das informações pelas administrações tributárias de forma eletrônica possibilitará com que a informação chegue mais rápida, gerando uma redução de sonegação fiscal, proporcionando uma concorrência mais leal e justa entre as empresas.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

O objetivo geral neste estudo é analisar quais os benefícios, as vantagens e as dificuldades que os contribuintes de Caxias do Sul tiveram na implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

1.4.2 Objetivos específicos

Foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar as empresas envolvidas neste presente estudo;
- Identificar os motivos que os contribuintes levaram a aderir a NFS-e;
- Elencar os benefícios, vantagens e dificuldades gerados para os prestadores de serviço com a implementação do modelo eletrônico de NFS-e;
- Averiguar qual a participação do contador da empresa perante a adaptação a NFS-e;
- Verificar quais são os recursos computacionais disponíveis para emissão da NFS-e e realizar uma análise comparativa do software emissor da NFS-e gratuito e pago;
- Verificar a visão do contribuinte referente ao modelo eletrônico de NFS-e;

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo, o tema é apresentado através de conceitos e pensamentos de autores sobre a Contabilidade, Contabilidade Fiscal, Avanços Tecnológicos, Inovação Tecnológica na Administração Pública, Documentos Eletrônicos e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica. Quanto à questão de pesquisa, foram analisados quais os principais benefícios, vantagens e dificuldades que os contribuintes do escritório Sucesso LTDA de Caxias do Sul tiveram na implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica. Já nos objetivos, mostra-se um maior esclarecimento referente às empresas envolvidas neste presente estudo, verificando a visão do contribuinte referente ao modelo eletrônico da NFS-e e por quais motivos que os levaram a aderir.

A seguir, no segundo capítulo, o referencial teórico expõe uma contextualização inicial a respeito da Contabilidade e as influências da tecnologia devido aos avanços e aprimoramentos dos Sistemas de Informação. Foi abordada a Inovação Tecnológica na Administração Pública e a criação dos documentos eletrônicos e certificado digital. Para finalizar, foi evidenciado o surgimento do Projeto SPED, juntamente com os seus subprojetos dando ênfase a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que abrange toda a sua contextualização, a sua implementação no município de Caxias do Sul, legislações, obrigatoriedade, adesão, benefícios e vantagens.

No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia aplicada neste presente estudo. Quanto aos seus procedimentos técnicos foi o método survey, sob o ponto de vista dos objetivos é uma pesquisa descritiva e quanto à abordagem do problema é utilizado o método de pesquisa qualitativo e quantitativo.

Já no quarto capítulo é apresentada a pesquisa descritiva com os clientes do escritório Sucesso LTDA situado no município de Caxias do Sul, onde foi aplicado um questionário com perguntas direcionadas a implantação da nota fiscal de serviços eletrônica nas empresas, para após, fazer à coleta e análise dos dados encontrados.

Ao final, no quinto capítulo, apresenta-se a conclusão do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

2.1.1 Conceito

A contabilidade registra, estuda e interpreta (analisa) os fatos financeiros e/ou econômicos que afetam a situação patrimonial de determinada pessoa, física ou jurídica, apresentando-se ao usuário através de demonstrações contábeis tradicionais e de relatórios de exceção, específicos para determinada finalidade (GRECO; AREND, 2001).

Segundo Barros (2007), pode-se definir a Contabilidade como uma ciência social que estuda e pratica as funções de controle e de registro relativas aos atos e fatos da administração e da Economia. Mais especificadamente, trata-se do estudo e do controle do patrimônio das entidades (empresas). Isso é feito por meio dos registros contábeis dos fatos e das respectivas demonstrações dos resultados produzidos.

A contabilidade é uma área vibrante e dinâmica que, nas últimas décadas, tem assumido uma importância ímpar na economia, na sociedade e no mundo em geral. Sua pesquisa se reveste de particular relevância dado o potencial impacto da informação que a contabilidade produz e divulga para a sociedade (MAJOR, 2017).

2.1.2 Objeto, Função e Usuários da Contabilidade

O objeto da contabilidade pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para vários usuários como: Investidores, Fornecedores, Bancos, Governo, Sindicatos, Funcionários. Segundo Marion (2005, p.26):

O objeto principal da contabilidade, portanto, conforme a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer referências sobre suas tendências futuras (MARION, 2005, p.26).

De acordo com Franco (1999), a função da contabilidade é registrar, classificar, demonstrar, auditar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das

entidades, objetivando fornecer essas informações, interpretações e orientação sobre a composição e as variações desse patrimônio, para a tomada de decisões de seus administradores.

Os usuários da Contabilidade são todas as pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham interesse na avaliação e no desenvolvimento da entidade. Podemos citar como exemplo de tais pessoas: os administradores, os sócios e acionistas da entidade, o governo e os bancos (CPC, 2008).

2.2 CONTABILIDADE FISCAL

2.2.1 Conceito

Conforme Hiroshi (1998), a Contabilidade Fiscal ou de escritório, é onde são verificadas as rotinas técnicas de departamento de pessoal, apuração de impostos e contribuições sociais, exigências para apresentações de guias aos respectivos órgãos públicos. Para Padoveze (2010), a Contabilidade Fiscal é relacionada com o fornecimento de informações para os administradores e, além disso, segundo o autor, ela facilita o planejamento, o controle e a avaliação interna para a análise das informações de âmbito tributário.

2.2.2 Normas e Legalidades da Escrituração Fiscal

Segundo Oliveira (2002), ao efetuar a escrituração fiscal as empresas devem observar diversas formalidades extrínsecas e intrínsecas. As formalidades extrínsecas são as que ditam regras com relação ao tipo de livro, termo de abertura e encerramento, autenticação perante aos órgãos competentes, dentre outras normas. E as formalidades intrínsecas são as que ditam regras quanto à fórmula de escrituração, e a obrigatoriedade de se escriturar em moeda nacional os documentos, em ordem cronológica de dia, mês e ano, não podendo conter rasuras, e as informações escrituradas deve conter o que verdadeiramente está no documento.

2.3 CONTABILIDADE E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

2.3.1 Contextualização

Atualmente, o impacto da Internet na economia dificilmente poderia ser superestimado, pois essa tecnologia é uma forma de comunicação que está penetrada em diversas atividades humanas: nas fábricas, nas transportadoras, armazéns, distribuidoras, comércio atacadista e varejista, agricultura, hospitais, administração pública e nas demais atividades de todos os níveis educacionais e científicos (CATELLI; SANTOS, 2003).

Na contabilidade não foi diferente, com o passar do tempo as mudanças em decorrência dos avanços tecnológicos começou a impactar efetivamente nas atividades do contador. Segundo Hendriksen e VAN Breda (1999, p.38):

A contabilidade desenvolveu-se em resposta a mudanças no ambiente, novas descobertas e progressos tecnológicos. Não há motivo para crer que a contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nossos tempos (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p.38).

A tecnologia da informação (TI) tem sido considerada um dos componentes mais importantes do ambiente empresarial atual, e as organizações brasileiras têm utilizado ampla e intensamente essa tecnologia, tanto em nível estratégico como operacional (ALBERTIN, 2008).

2.3.2 Sistemas de Informação

Conforme Padoveze (2004), a informação é nada mais que um dado que sofreu efeito externo, tendo sido trabalhado e armazenado de uma forma ou linguagem compreensível. A construção da informação vai seguir sempre uma linha que é expressa através de dados, comunicação/armazenamento e informação. Ele cita também que a informação é o dado processado de forma a ser entendido pelo seu receptor, e a transferência de informação é a comunicação.

Os Sistemas de Informação(SI) apóiam as diversas funções exercidas nas organizações. Para Laudon e Laudon (2007, p.9):

Sistema de informações é como um conjunto de componentes inter-relacionados que coleta (ou recupera),processa, armazena ou distribui

informações destinadas a apoiar a tomada de decisões (LAUDON; LAUDON, 2007, p.9).

Já o autor Crepaldi (2007, p.77), traz uma opinião adversa ao autor anterior, mencionando que:

Os sistemas de informações equivalem aos “olhos e ouvidos” da administração, sendo responsável por controlar a qualidade das informações para a tomada de decisões. Assim tornando-se um diferencial entre as empresas (CREPALDI, 2007, p.77).

Existem algumas características específicas que devem ser observadas, para que possa ter um fluxo de informações, essas características estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Características dos sistemas de informações

Sistemas de Informação	
Importância	A informação deve ser suficiente, detalhada para permitir identificação das operações.
Relatório	Devem conter informações relevantes para os usuários.
Apresentação	A forma de apresentação deve destacar a informação com maior importância.
Distribuição	Deve ser distribuída conforme as responsabilidades atribuídas.
Responsabilidade	Deve ser utilizada por quem tenha competência e tempo, necessário para compreender seu significado e adotar medidas corretivas, se necessário.

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Crepaldi (2007, p.77).

Portanto, a conceituação de sistema é a base para o entendimento da visão sistêmica das organizações e também para o entendimento dos Sistemas de Informação (PADOVEZE, 2004).

2.3.3 Sistemas de Informação Contábil

Dentro dos sistemas de informações existem os sistemas de informações contábeis, que são configurados de forma a atender eficientemente às necessidades informativas de seus usuários, bem como, incorporar conceitos, políticas e procedimentos que motivem e estimulem o gestor a tomar as melhores decisões para a empresa (PEREIRA, 2000).

Para Padoveze (2004, p.143):

O Sistema de Informação Contábil ou Sistema de Informação de Controladoria são os meios que o contador geral, o contador gerencial ou o controller utilizarão para efetivar a contabilidade e a informação contábil dentro da organização, para que a contabilidade seja utilizada em toda a sua plenitude (PADOVEZE, 2004, p.143).

Para cumprir seu papel como fonte de informações úteis para o processo decisório, a contabilidade se utiliza dos sistemas de informação contábil que serão responsáveis pelo registro dos fatos ocorridos na organização.

De maneira geral, um sistema de informação será tão avançado quanto mais for capaz de produzir todos os relatórios gerenciais da forma mais automática e repetitiva possível, com o menor grau de trabalho adicional por parte do contador e seus auxiliares (VIEIRA, 2008.p.68).

O resultado dessa soma de informática e sistemas contábeis integrados se traduz hoje por menor custo operacional e uma informação contábil mais estruturada. Desse ponto de vista surge um diferencial competitivo para a empresa de contabilidade em se tratando de informações ligadas financeiramente e economicamente às empresas (ALBERTÃO, 2001).

2.4 A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.4.1 Conceitos da Administração Pública

Mello (2011) define que a Administração Pública pode ser compreendida de duas maneiras: centralizada e descentralizada. A primeira situação ocorre quando a atividade administrativa “é exercida pelo próprio Estado, ou seja, pelo conjunto orgânico que lhe compõe a intimidade”. Na segunda ocorrência a atividade gerencial é executada “por pessoa ou pessoas distintas do Estado”. Ainda segundo o mesmo autor, descentralização e desconcentração são conceitos diferentes: a descentralização “pressupõe pessoas jurídicas diversas” enquanto que “a desconcentração está sempre referida a uma pessoa só, pois se cogita da distribuição de competências na intimidade dela, mantendo-se, pois, o liame unificador da hierarquia.

Para Meirelles (2010, p.60), “a Administração Pública é toda atividade do Estado sobre a qual repousa toda a concepção moderna de organização e funcionamento dos serviços públicos a serem prestados aos administrados.”

De acordo com o artigo 37 da Constituição Federal (1988), “a Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

2.4.2 A Inovação Tecnológica no Serviço Público

De acordo com Ferrer (1998, p.53), “a tecnologia é um fator facilitador, acelerador, que faz com que os processos sejam otimizados e melhorados, mas raramente determina algum processo econômico, político e social.”

No que concerne a inovação tecnológica no âmbito dos processos da Administração Pública, Silva (2010) expõe que as inovações podem ser percebidas na gestão da administração pública em processos, sistemas e práticas dos gestores em criarem condição dos servidores prestarem serviços e/ou esclarecimentos a sociedade. Os impactos que as inovações tecnológicas geram a Administração Pública podem ser positivos para ambos os lados: Estado e Sociedade.

2.5 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

2.5.1 Contextualização

Segundo Janini (2014), a internet possibilita que pessoas de culturas, linguagem diferentes troquem informações processadas digitalmente com o mundo, sem haver barreiras. Assim com o avanço de novas tecnologias foi possível o armazenamento de dados em meio digital, reduzindo a utilização do papel, transformando-os em documentos eletrônicos.

Os documentos fiscais eletrônicos surgiram a partir do projeto de implementação da nota fiscal eletrônica, proposta no ENAT 03/2005 que vem á substituir documentos emitidos em papéis por documentos eletrônicos, possibilitando ao fisco acompanhamento de transações efetuadas por empresas quase em tempo

real inibindo a evasão fiscal, beneficiando assim as empresas através da diminuição das obrigações acessórias impostas pelas legislações (RFB, 2005).

Segundo o Manual do Conhecimento de Transporte eletrônico (2014), o ENAT 03/2005 em seu parágrafo único, deixa a possibilidade para a implantação de novos modelos de documentos eletrônicos.

Parágrafo único: “A primeira versão da NF-e abrangerá a nota fiscal modelo 1 e 1A, podendo, no futuro, ser ampliado para outros modelos e documentos fiscais”. (ENAT 03/2005).

Janini (2014) conceitua documento diferenciando-os por critério físico. “Documento conceitua como prova, cujo suporte físico é o papel, em contrapartida no documento eletrônico as informações são registradas em mídias eletrônicas”.

Lopes (2012), documento é a informação registrada em meio físico, podendo ser papel, disco, pedras, fita, cuja finalidade é comprovar fatos de determinada época. O documento eletrônico é arquivado em pen drive, discos magnéticos ou outras formas de mídia.

“Com o surgimento do documento eletrônico, surgiu também à incógnita de validade jurídica desses documentos, pois temiam que os documentos eletrônicos pudessem de alguma forma, serem alterados ou falsificados” (JANINI, 2014, p.46).

2.5.2 Certificação Digital

A certificação digital situa-se nesse contexto e surgiu para melhorar a segurança das informações que trafegam pela grande rede. Esse é um, entre tantos outros benefícios, que um certificado digital, se utilizado de forma correta, pode prover sobre as informações, pois, além de utilizar o artifício da criptografia, também armazena dados de seu proprietário a fim de garantir o não-repúdio de mensagens (FELIPPE, 2006).

Um certificado digital é um documento que contém informações relativas ao seu usuário/proprietário (seja pessoa física, jurídica ou computador), entre elas, a sua chave pública e dados necessários para comprovar sua identidade e também informações como versão, número de série e período de validade. Para garantir sua autenticidade e a veracidade dos dados, o certificado é assinado digitalmente pela autoridade que o emitiu, ligando oficialmente um usuário a uma chave pública (ALECRIM, 2005).

Duarte (2008, p.37) explica que:

A Receita Federal do Brasil só pode disponibilizar informações fiscais para o próprio contribuinte ou para quem ele autorizou. Assim ficava o questionamento de como identificar com precisão a pessoa física ou jurídica usuária dos serviços disponibilizados e informações transmitidas a Receita Federal do Brasil? (DUARTE, 2008, p.37).

Para Duarte (2008), o mecanismo tecnológico utilizado para responder esse questionamento foi o certificado digital, que pode ser comparado a um passaporte de identificação, um arquivo eletrônico que contém dados de identificação.

2.5.3 Projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

O projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, fazendo parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e busca, através do avanço na informatização, a constante melhoria da relação entre o fisco e os contribuintes. Constitui-se em uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal (Portal da Nota fiscal Eletrônica, 2007).

De acordo com Dreher (2009), a Medida Provisória nº 2.200, de Agosto de 2001, foi o marco inicial para a criação do SPED porque essa medida validou juridicamente os documentos digitais com a instituição da Infra-estrutura de Chaves públicas Brasileiras (ICP-Brasil). Entretanto, desde Outubro de 1995, a Receita Federal vem utilizando os recursos da TI para se relacionar com os contribuintes, com grande aceitação desses (NARDON FILHO, 2010).

2.5.4 A era digital do SPED e seus subprojetos

A ECD – Escrituração Contábil Digital, EFD – Escrituração Fiscal Digital e a NF-e - Nota Fiscal Eletrônica são os três principais pilares do projeto SPED, juntamente com outros nove subprojetos que hoje estão implantados e outros em fase de implementação (Portal da Nota Fiscal Eletrônica, 2016).

Segundo a Receita Federal do Brasil (RFB, 2011), o SPED tem como objetivos principais:

Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitando as restrições legais;

Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias e de diferentes órgãos fiscalizadores;

Tornar mais célere a identificação dos sonegadores tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso as informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica;

Dentre os objetivos citados pela Receita Federal, chama-se atenção a preocupação do fisco com a sonegação tributária no Brasil. Com a implantação do novo sistema, o fisco terá um novo foco: em vez de auditar o passado de uma empresa, o fisco estará mais atento ao presente e poderá projetar o futuro.

Destaca Young (2009), que com a criação do SPED, o Governo propicia maior controle e agilidade na fiscalização das informações contábeis e fiscais das empresas por meio de compartilhamento de arquivos eletrônicos, disponibilizados aos níveis de Governo: federal, estadual e municipal, ao mesmo tempo em que promove uniformidade e racionalização no cumprimento das diversas obrigações acessórias por parte das empresas para com o Fisco.

Desta forma, observa-se que se trata de um projeto desenvolvido pelo Governo Federal, com participações das administrações dos Estados, Municípios e Distrito Federal, sendo dividido em diversos subprojetos.

2.6 NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

2.6.1 Contextualização

Conforme a Lei Complementar nº 459, de 12 de Junho de 2014, considera-se NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente na base de dados informatizada sob a responsabilidade do Município de Caxias do Sul, com o objetivo de registrar e documentar as operações relativas a prestação de serviços, de existência exclusivamente digital e autorização de uso fornecida pela Secretaria da Receita Municipal.

Duarte (2009, p. 112):

Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica NFS-e, o documento de existência exclusivamente digital, gerado e armazenado eletronicamente em

sistema próprio da Prefeitura, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços. Este documento vem substituir as Notas Fiscais Convencionais (impressas em papel), autorizadas pelo Município e confeccionadas em gráficas (DUARTE, 2009, p.112).

A geração da NFS-e, é feita automaticamente por meio do serviço informatizado e disponibilizado aos contribuintes. Para que sua geração seja efetuada, alguns dados que a compõem serão informados, analisados, processados, validados e se corretos gerarão o documento. A responsabilidade pelo cumprimento da obrigação acessória de emissão da NFS-e e pelo correto fornecimento dos dados as secretarias é do contribuinte. (MANUAL DE ORIENTAÇÃO DE NFS-e, 2015).

Para Geron (2011, p. 52):

A receita Federal do Brasil incluiu a Nota fiscal de serviço eletrônica no projeto SPED com o intuito de padronizar as informações visando aprimoramento da qualidade das informações distribuídas a diferentes órgãos fiscalizadores na tentativa de aumentar a competitividade entre as empresas do mesmo ramo. Através do protocolo nº 002 de 2007 ENAT, há essa padronização, onde se torna obrigatória a emissão de novos modelos de documentos eletrônicos, porém a responsabilidade é do município onde ocorre a instituição e desenvolvimento desses modelos (GERON, 2011, p.52).

Conforme Gasparetto (2014), a atividade de prestação de serviço era vista como sendo uma atividade de segunda categoria, na qual só trabalhavam pessoas desqualificadas que não tinham conhecimento para desenvolver outra atividade. Essa atividade era desenvolvida principalmente por mulheres, velhos, escravos e deficientes, passando a ser conhecida como era agrícola. “Essa atividade começou a ter grande importância, adquiriu um novo status para a economia e cresceu de tal maneira que hoje (2014), ela é responsável por 60% do PIB brasileiro.”

2.6.2 Implementação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica em Caxias do Sul

No município de Caxias dos sul, a implementação da NFS-e toma como base às legislações descritas pelo poder executivo municipal, sendo assim a Lei que aprova a implementação do modelo eletrônico foi dada pela Lei Complementar Nº 459 de 12 de junho de 2014.

Essa Lei alterou e acresceu ao artigo 82 na Lei complementar nº 12 de 28 de dezembro de 1994, dando a seguinte redação:

“Art. 82. O Poder Executivo Municipal definirá os modelos de declarações, de notas fiscais de serviços e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte”.

Segundo a Lei complementar 459 de 12 de junho de 2014, em seu Art.82-A ficam instituídas á NFS-e em Caxias do Sul.

“Art. 82-A. Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), que conforme regulamento, deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço”.

Duarte (2012), explica que o SPED disponibiliza um layout, mas nem todas as empresas o utilizam, pois cada município tem autoridade e autonomia para desenvolver e programar a NFS-e.

2.6.3 Legislações em Vigor referente à NFS-e em Caxias do Sul

Baseado na legislação municipal a instituição da NFS-e é dada pelas seguintes redações:

Quadro 2 – Legislações Municipais de Caxias do Sul referente à NFS-e

Legislações	Contextualização
Lei Complementar nº 459 de 12 de junho de 2014	Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 12, de 28 de dezembro de 1994 (Código Tributário Nacional)
Decreto nº 17.920 de 14 de Dezembro de 2015	Regulamenta a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), o Recibo provisório de Serviço (RPS) e a Declaração mensal de serviços Tomados Eletrônico. (DMST-e), instituídos através da Lei complementar nº 459 de 12 de junho de 2014.
Instrução Normativa SRM nº 005 de 2014	Institui os Manuais Técnicos: Manual de orientação da NFS-e; DMST-e; Recibo Provisório de Serviço e Manual de Conectividade da NFS-e
Instrução Normativa SRM nº 002 de 2015	Antecipa a data de ingresso ao Sistema da Nota fiscal de serviço eletrônica NFS-e

Fonte: Legislações vigentes da NFS-e – Site da Prefeitura de Caxias do Sul.

2.6.4 Obrigatoriedade a emissão da NFS-e

Conforme o artigo 8º do Decreto nº 17.920 de 14 de Dezembro de 2015, as pessoas jurídicas prestadoras de serviços sujeitas ao ISSQN, estabelecidas neste município, ficam obrigadas a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), de acordo com o estabelecido abaixo:

I – a partir de 1º de Março de 2016, as pessoas jurídicas com receita bruta anual com prestações de serviços no exercício de 2015, superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

II – a partir de 1º de Maio de 2016, as pessoas jurídicas com receita bruta anual com prestações de serviços no exercício de 2015, entre R\$ 200.000,01 (duzentos mil reais e um centavo) e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

III – a partir de 1º de Julho de 2016, as pessoas jurídicas com receita bruta anual com prestações de serviços no exercício de 2015, entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

IV – a partir do exercício de 2016, inclusive, as pessoas jurídicas que atingirem R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de receita bruta com prestações de serviços, dentro de cada ano civil serão obrigadas à emissão da NFS-e, a partir do terceiro mês subsequente àquele em que ocorrer o fato.

§ 1º É facultado às pessoas jurídicas prestadoras de serviços sujeitas ao ISSQN, aderir voluntariamente ao Sistema da NFS-e, a qualquer tempo, sem prejuízo da obrigatoriedade estabelecida nos incisos anteriores.

§ 2º As receitas estabelecidas nos incisos do *caput* corresponderão, quando for o caso, ao somatório dos valores das receitas brutas de serviços de todos os estabelecimentos do prestador situados no Município.

§ 3º A pessoa jurídica obrigada ou a que aderir voluntariamente ao Sistema da NFS-e, deverá fazê-lo, individualmente, para cada estabelecimento situado neste Município.

§ 4º No interesse da Administração Tributária Municipal e, mediante ato do Secretário da Receita Municipal, atividades ou contribuintes poderão ser dispensados ou enquadrados em regime especial de emissão de NFS-e.

Art.9º É vedada a adesão de que se trata o art.8º:

I – ao prestador de serviço enquadrado como Micro empreendedor Individual – MEI;

II – aos contribuintes que efetuam o recolhimento do ISSQN por estimativa fiscal;

III – às pessoas jurídicas que gozem de imunidade ou isenção em relação ao ISSQN;

IV – à instituição financeira ou equiparada autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

V – aos prestadores de serviços de registros públicos, cartorários e notariais;

VI – às concessionárias de serviço público de telefonia, energia elétrica, água e esgoto;

VII – aos prestadores de serviços de exploração de rodovias;

VIII – aos contribuintes que recolhem o ISSQN por valores fixos, excetuadas as sociedades uni profissionais, que prestam serviços referidos aos subitens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 10.03, 17.14, 17.16, 17.19, 17.20, 27.01, 30.01 e 35.01 da Lista anexa à Lei Complementar Federal nº 116/2003, conforme disposto no art.62, § 2º da Lei complementar nº 217, de 19 de dezembro de 2003.

De acordo com a Lei Complementar nº 116/2003, alguns serviços dispostos no Art.9 – VIII são vedados da adesão da nota fiscal de serviços eletrônica no município de Caxias do Sul.

Quadro 3 – Descrição dos Serviços específicos citados na vedação a NFS-e

4.01- Medicina e biomedicina
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade medica, radioterapia, quimioterapia, ultra – sono grafia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congênere
4.06 – Enfermagens, inclusive serviços auxiliares
4.08 – Terapias ocupacionais, fisioterapia e fonoaudiologia
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental
4.10 – Nutrição
4.11 – Obstetrícia
4.12 – Odontologia
4.13 – Ortopédica
4.14 – Próteses sob encomenda
4.15 – Psicanálise
4.16 – Psicologia
5.01 – Medicinas Veterinárias
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres
10.03 – Agenciamentos, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada
17.14 – Advocacia
17.16 – Auditoria

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira
27.01 – Serviços de assistência social
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química
35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas

Fonte: Adaptador pelo autor, informações disponíveis na Lei Complementar nº 116/2003.

2.6.5 Adesão a NFS-e

Conforme Seção III do Decreto 17.920 de 14 de Dezembro de 2015, o Art. Nº 10, os prestadores de serviços obrigados à emissão da NFS-e, bem como os que aderirem voluntariamente, deverão preencher um formulário de credenciamento disponível no Portal Eletrônico da NFS-e, o qual deverá ser transmitido via certificado digital ou protocolado na Secretaria da Receita Municipal.

Figura 1 – Autorização para uso da NFS-e

Prefeitura de
Caxias do Sul

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DA NFS-e

CNPJ: Inscrição Municipal:

E-mail do Contribuinte:
(E-mail para contato sobre assuntos pertinentes à NFS-e)

E-mail do Contador:

BVTSTI
Digite as letras acima para confirmar

Fonte: Prefeitura de Caxias do Sul (2016).

Conforme parágrafo único do Decreto 17.920/2015:

Após o credenciamento o contribuinte deverá aguardar a autorização para uso no sistema, login e senha de acesso, essas informações serão comunicadas através do e-mail cadastrado no formulário do credenciamento.

O referido e-mail é de extrema importância, pois ele será o vínculo do fisco e contribuinte, segundo o art.8º da Instrução Normativa 005/2014.

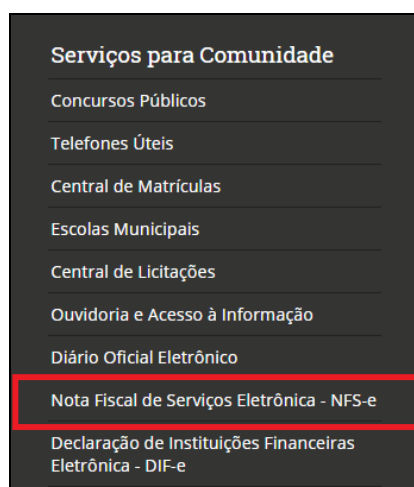
O contribuinte receberá uma senha de acesso para ingresso ao sistema da NFS-e, que ficará sob sua responsabilidade, podendo ele alterá-la (MANUAL DE ORIENTAÇÃO DA NFS-E E DMST-E, 2015).

Segundo o manual da conectividade da NFS-e versão 1.6.5 através do serviço web a administração tributária municipal disponibiliza dois ambientes para recepção das notas fiscais de serviços eletrônicas, para os contribuintes.

Ambiente de Homologação: é específico para a realização de testes e integração das aplicações do contribuinte durante a fase de implementação e adequação do sistema de emissão da NFS-e do contribuinte, e nos casos em que o sistema sofre alterações após entrar em regime de operação normal.

Para acessar o ambiente de homologação o prestador de serviço deve acessar o endereço eletrônico da Prefeitura de Caxias do Sul <https://www.caxias.rs.gov.br/> , clicar no acesso a nota fiscal eletrônica de serviços como mostra a Figura 2.

Figura 2 – Acesso NFS-e

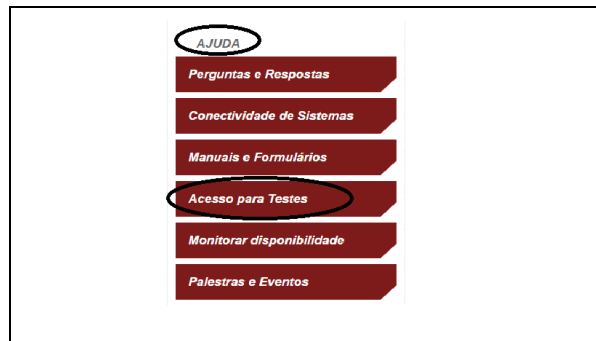


Fonte: Site prefeitura de Caxias do Sul

O acesso a NFS-e leva a outro ambiente onde contém todas as informações, manuais, legislações e serviços disponíveis para o prestador de serviço.

Para ingressar no teste da NFS-e deve-se acessar o menu ajuda, acesso para teste conforme mostra a Figura 3.

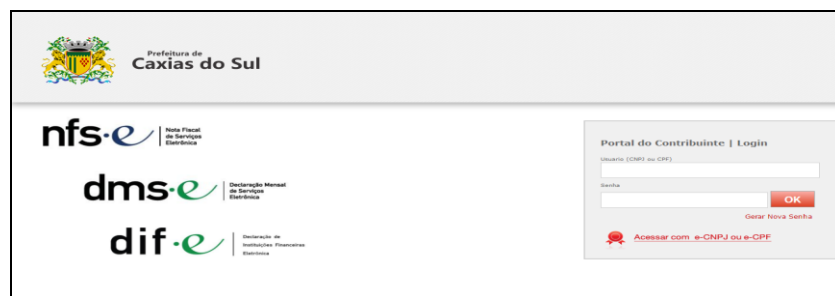
Figura 3 – Acesso ao ambiente de testes



Fonte: Site Prefeitura de Caxias do Sul

O contribuinte de posse do login e senha poderão preencher o novo acesso disponibilizado pela administração municipal tributária.

Figura 4 – Login no ambiente de testes



Fonte: Site Prefeitura de Caxias do Sul

Após o login e senha será disponibilizado o ambiente de homologação, para que o prestador de serviço possa se familiarizar com o sistema de emissão das notas fiscais de serviço. Segundo o manual de orientação da NFS-e e DMST-e versão 1.3, esse ambiente é composto por diversos menus, no qual o prestador de serviço poderá realizar diversos procedimentos e testes.

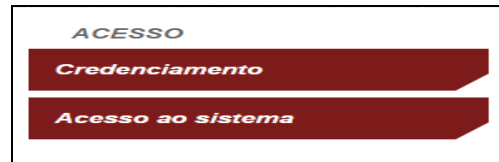
Com o fim do prazo estipulado pela legislação de 30 dias no ambiente de homologação, o contribuinte passa a emitir suas notas no ambiente de produção.

O ambiente de produção conforme o manual da conectividade versão 1.6.5, é destinado para emissão da NFS-e de forma oficial, onde a NFS-e gerada é considerada documento fiscal para fins legais. A assinatura digital é exigida e validada nos ambientes de produção e homologação.

O acesso inicial é o mesmo link da NFS-e, porém para os prestadores de serviço que estão no processo de produção, deve-se acessar ao sistema

normalmente com login e senha, porém utiliza o acesso, depois o acesso ao sistema conforme figura a baixo:

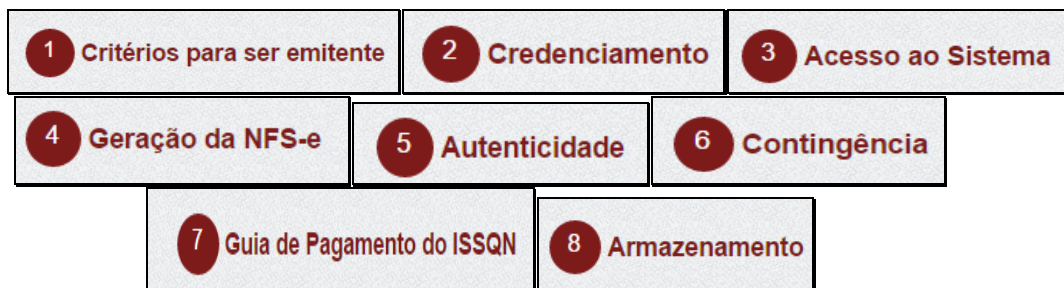
Figura 5 – Acesso ao ambiente de produção



Fonte: Site prefeitura de Caxias do sul.

Segue abaixo como proceder para se tornar emissor da NFS-e:

Figura 6 – Passos para credenciamento da NFS-e



Fonte: Site da prefeitura de Caxias do Sul.

2.6.6 Cancelamento da NFS-e

Conforme a seção IV, art.12 – o documento eletrônico da NFS-e poderá ser cancelado pelo emitente, dentro do mês da sua emissão, exclusivamente por meio do Sistema da NFS-e, no caso do serviço não ter sido prestado ou haver erro na emissão do documento fiscal.

Parágrafo Único. Na hipótese de cancelamento da NFS-e, deverá ser registrado o motivo pelo qual se deu o cancelamento.

2.6.7 Benefícios da NFS-e

Segundo o Manual de Orientação da NFS-e e DMST-e versão 1.3 os benefícios proporcionados aos prestadores de serviço que emitem a nota fiscal de serviço eletrônica são:

A emissão de notas fiscais de forma rápida, em ambiente controlado e seguro, com validação de dados digitados e inclusão imediata no banco de dados da Prefeitura, com comunicação instantânea por e-mail do tomador;

Eliminação do uso de papel, pois toda a informação é armazenada e mantida em meio digital evitando desperdícios. Através do módulo “DMS-e – Declaração Mensal de Serviços Eletrônica”, tanto o contribuinte declarante como seu contador escrituram suas notas de serviços tomados, com rapidez e praticidade, sejam elas com ou sem substituição tributária.

A apuração do valor de ISS devido pelos contribuintes prestadores e/ou pelos tomadores de serviços obrigados à retenção por substituição tributária é rápida e fácil;

A emissão de guias de pagamento de imposto é feita através do próprio programa; Emissão dos livros fiscais pelo sistema agiliza e dispensa o uso de formulários de papel; O controle das pendências dos contribuintes junto ao fisco municipal é online, e pode ser feito tanto pelo próprio contribuinte, como por seu contador e pelo fisco.

Conforme os benefícios elencados pela administração municipal, os prestadores de serviço poderão facilitar o processo de emissão de documentos fiscais, simplificarão as obrigações acessórias, terão redução dos custos tanto com emissão dos documentos fiscais quanto aos livros que passam a ser eletrônicos, evitando desperdícios e tendo um controle maior.

2.6.8 Consulta e Guarda da NFS-e

Conforme o artigo 14, Seção VI, Decreto 17.920, a NFS-e emitida poderá ser consultada e seu arquivo obtido no Portal Eletrônico da NFS-e, pelo prazo decadencial, estabelecido no Código Tributário Nacional – CTN.

O artigo 15 se refere às empresas prestadoras e tomadoras de serviços deverão manter as NFS-e em arquivo digital pelo prazo decadencial, estabelecido no CTN, devendo ser apresentadas à Administração Tributária, quando assim solicitado.

2.6.9 Recibo Provisório de Serviços – RPS

Duarte (2012) conceitua recibo provisório de serviço como sendo um documento gerado manualmente ou por algum sistema local, utilizado quando houver indisponibilidade do sistema mantido pelo município para emissão da NFS-e. Esse recibo provisório deve ser convertido para NFS-e em prazos previstos nas legislações municipais.

Conforme Lei Complementar 459 de 2014, entende-se por RPS:

§ 1º Documento fiscal de contingência, impresso, manuscrito, ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar as operações desprovidas de geração regular da NFS-e, o qual deverá ser convertido em NFS-e, na forma e no prazo que dispuser o regulamento. (AC)

Conforme o decreto 17.920, o recibo provisório de serviço deve ser utilizado pelos contribuintes emitentes de NFS-e em casos de contingência, quando o sistema de emissão de notas fiscais de serviço eletrônico estiver inacessível ou indisponível.

Para que os contribuintes possam utilizar o RPS, deve-se solicitar a secretaria municipal a autorização de documentos fiscais para confecção dos recibos provisórios de serviço. O contribuinte deve solicitar uma quantidade coerente com o volume de suas atividades, pois ele deverá ser utilizado esporadicamente, os mesmos têm validade de quatro anos e devem ser impressos em duas vias, uma destinada ao tomador de serviço e a outra permanece em posse do prestador (Decreto 17.920/2015).

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos técnicos, neste presente estudo foi utilizado o método survey. Segundo Mello (2013), é um método de coleta de informações diretamente de pessoas a respeito de suas idéias, sentimentos, saúde, planos, crenças e de fundo social, educacional e financeiro.

Para Duarte (2010), as etapas da pesquisa survey consistem usualmente em definir o objetivo da pesquisa, definir a população e a amostra, elaborar questionário, coletar dados, processar dados, analisar os dados e divulgar os resultados.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), o método survey busca medir com exatidão o estudo pretendido e possui como vantagem o anonimato dos respondentes, podendo passar mais confiança e veracidades nas respostas.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é de cunho descritivo. Conforme Gil (2008), pesquisa descritiva significa descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Vergara (2000) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Ele cita como exemplo a pesquisa de opinião.

Na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador (BARROS; LEHFELD, 2007).

Quanto à abordagem do problema utilizado neste estudo, foi o método de pesquisa qualitativo e quantitativo, com predominância quantitativa, que segundo Richardson (1999), é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Para Mattar (2001), a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. Ela quantifica os dados e generaliza os resultados da amostra para os interessados.

Já a pesquisa qualitativa, segundo Malhotra (2001), proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma de análise estatística. A pesquisa qualitativa pode ser usada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa.

Para Gil (2008), o uso dessa abordagem qualitativa propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O método utilizado para coleta de dados neste estudo é o questionário. Para Marconi e Lakatos (2009, p. 111), “o questionário é uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”.

O questionário foi aplicado presencialmente a alguns clientes do escritório de contabilidade Sucesso LTDA e para outros enviados através de e-mail. As perguntas foram realizadas com base na visão geral que os contribuintes verificaram durante o processo de implementação da nota fiscal de serviços eletrônica em seu estabelecimento.

Para Severino (2012), as questões devem ser claras, não provocar dúvidas, de fácil compreensão, objetivas. Podem ser desenvolvidas questões abertas, na qual a resposta pode ser elaborada pelo sujeito com suas próprias palavras, ou questões fechadas essas por sua vez possuem opções de escolha de respostas definidas pelo autor do questionário.

Após a efetivação da coleta de dados por meio dos questionários, foram utilizadas planilhas de Excel para apuração dos dados coletados e realizado gráficos e tabelas estatísticas para melhor verificação das respostas.

Segundo Marconi e Lakatos (2009), é através da análise dos dados que se encontram os detalhes decorrentes do trabalho estatístico com a finalidade de buscar as respostas as indagações do estudo, assim como esclarecer as relações necessárias entre os dados obtidos.

4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa se baseia na realização de 26 questionários aplicados aos prestadores de serviço de qualquer natureza, clientes do escritório Sucesso Ltda, situado na cidade de Caxias do Sul, que estão emitindo pelo novo modelo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

4.1 ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

A pesquisa foi elaborada com base no conhecimento vivenciado pelos contribuintes referente à implantação do novo modelo da nota fiscal eletrônica de serviços. O questionário é composto por 17 perguntas, sendo 5 referentes ao perfil do entrevistado, 4 perguntas direcionadas ao novo modelo eletrônico, 2 perguntas direcionadas ao sistema informatizado da empresa e as 6 demais perguntas se referem a investimentos extras após a sua implementação.

Primeiramente, foi pesquisado o perfil dos entrevistados, onde foi questionado o gênero, a idade, a função que exerce na empresa, o tempo de atuação e o quadro de funcionários. Após, foram realizadas perguntas referente à NFS-e, no qual o entrevistado relacionasse o principal motivo que levou a empresa optar pelo novo modelo eletrônico da Nota fiscal de prestação de serviços e posteriormente citar a principal vantagem e dificuldade que foi encontrada na sua implementação.

Foi solicitado também ao entrevistado verificar qual seria o papel do Contador perante a adaptação da NFS-e na empresa. Sabe-se que seria necessário um sistema informatizado para geração e emissão das notas, por isso, foi questionado se a empresa optou pelo sistema público ou terceirizado. Após um novo bloco de perguntas foram feitas a respeito se a empresa precisou investir em pessoal, treinamentos e software, se sim, qual foi o valor desses investimentos. Por fim a última pergunta questionava a opinião do entrevistado perante a qual objetivo teve a criação desse modelo de documento eletrônico.

4.2 DEFINIÇÃO DAS EMPRESAS

Para ter acesso às informações das empresas, foi conversado pessoalmente com o diretor do escritório Sucesso Ltda, para verificar a disponibilidade da aplicação de um questionário às empresas clientes, prestadoras de serviço e que estão emitindo as notas fiscais eletrônicas.

Para isso, foram usados alguns critérios para definição da população: clientes classificados como pessoa jurídica, inscritos no cadastro econômico do ISSQN do município de Caxias do Sul, prestadores de serviço que atualmente emitem a nota fiscal de serviço eletrônica. Com a aplicação dos critérios escolhidos, a amostra definiu 47 empresas que cumpriram todos os quesitos propostos, porém apenas 26 concordaram em responder o roteiro de perguntas estabelecidas.

Quadro 4 – Relação das empresas selecionadas

Nome da Empresa (Fictício)	Localização (Bairro)	Ano de Constituição da Empresa
A	Exposição	1996
B	Serrano	2001
C	Kayser	1985
D	Panazzolo	1999
E	Vila Verde	2003
F	São Pelegrino	2010
G	Industrial	2002
H	Centro	2005
I	Cinqüentenário	1991
J	Nossa Senhora De Lourdes	1998
K	Centro	1999
L	Nossa Senhora de Lourdes	2008
M	Pio X	2004
N	Centro	2000
O	Cristo Redentor	1977
P	Centro	1953
Q	Centro	1976
R	São Ciro	2004
S	Pedancino	1995
T	Exposição	2000
U	Nossa Senhora de Lourdes	2003
V	Centro	2010
W	Rio Branco	2001
X	Centro	2009
Y	Salgado Filho	2007
Z	Centro	2005

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do escritório

Merece destaque que, a localização das empresas selecionadas para aplicação do presente estudo, tem maior concentração na área central da cidade, simbolizando 8 das 26 empresas entrevistadas. Além disso, percebe-se que a maioria das empresas, (57,7%) possui entre 10 a 20 anos de mercado de trabalho.

4.3 REALIZAÇÃO DA PESQUISA E TABULAÇÃO DOS RESULTADOS

Após a definição da amostra, entrou-se em contato com cada uma das empresas para verificar se haveria disponibilidade para agendamento das entrevistas. As entrevistas foram realizadas na primeira quinzena do mês de Março, sendo algumas presencialmente (15), e outras por e-mail (11).

4.3.1 Perfil dos Respondentes

As primeiras 5 questões do questionário tiveram como objetivo identificar a descrição do entrevistado e conseqüentemente o perfil da sua empresa. O Quadro 5 apresenta um breve resumo do perfil.

Quadro 5 – Perfil dos Respondentes e da Empresa

Perfil da Empresa			Perfil do Entrevistado				Tipo de Entrevista
Empresa	Número de Funcionários	Ramo de Atividade	Idade	Sexo	Função	Tempo de Atuação	
A	1-10	Agenciamento e Corretagem	Mais de 40	Feminino	Auxiliar Administrativo	1 a 5 anos	E-mail
B	21-40	Indústria de Plásticos	30-40	Masculino	Sócio Administrador	Acima de 10 anos	E-mail
C	41-100	Serviços de Construção Civil	30-40	Feminino	Coordenador Financeiro	Acima de 10 anos	E-mail
D	1-10	Clínica Médica	30-40	Feminino	Sócio Administrador	Acima de 10 anos	E-mail
E	Acima de 100	Ind. de Controladores Elet.	Mais de 40	Feminino	Controladoria	Acima de 10 anos	Presencial
F	1-10	Serviços de Advocacia	30-40	Feminino	Sócio Administrador	5 a 10 anos	E-mail
G	Acima de 100	Indústria de Móveis	Mais de 40	Feminino	Faturamento	5 a 10 anos	Presencial
H	1-10	Serv. de Comissão de Vendas	17-25	Masculino	Auxiliar Administrativo	5 a 10 anos	E-mail
I	1-10	Mecânica de Automóveis	30-40	Masculino	Sócio Administrador	5 a 10 anos	Presencial
J	1-10	Clínica Veterinária	25-30	Masculino	Auxiliar Administrativo	Acima de 10 anos	E-mail
K	21-40	Serviços de Publicidade	17-25	Feminino	Assistente Comercial	1 a 5 anos	E-mail
L	11-20	Serviços de Engenharia	17-25	Masculino	Gerente Administrativo	1 a 5 anos	Presencial
M	21-40	Serviços de Arquitetura	17-25	Masculino	Auxiliar Administrativo	1 a 5 anos	Presencial

N	21-40	Serviços de Segurança	30-40	Feminino	Financeiro	1 a 5 anos	E-mail
O	41-100	Indústria Metalúrgica	30-40	Feminino	Coordenador Administrativo	1 a 5 anos	E-mail
P	1-10	Serviços de Banco de Sangue	Mais de 40	Feminino	Auxiliar Administrativo	1 a 5 anos	E-mail
Q	21-40	Serviços de Exames Clínicos	25-30	Masculino	Financeiro	Acima de 10 anos	E-mail
R	41-100	Serv. de Manut. de Máquinas	Mais de 40	Feminino	Faturamento	Acima de 10 anos	Presencial
S	11-20	Serviços de Conserto	30-40	Feminino	Sócio Administrador	5 a 10 anos	E-mail
T	1-10	Serviços de Informática	Mais de 40	Masculino	Diretor	5 a 10 anos	Presencial
U	1-10	Serviços de Engenharia	Mais de 40	Feminino	Sócio Administrador	Acima de 10 anos	Presencial
V	1-10	Medicina Ocupacional	30-40	Feminino	Sócio Majoritário	5 a 10 anos	E-mail
W	11-20	Serviços de Mudanças	30-40	Masculino	Sócio Administrador	Acima de 10 anos	Presencial
X	1-10	Serviços de Consultoria	30-40	Masculino	Consultor Jurídico	5 a 10 anos	Presencial
Y	1-10	Serviços Odontológicos	30-40	Masculino	Sócio Administrador	5 a 10 anos	Presencial
Z	1-10	Serviços de Estacionamento	25-30	Feminino	Auxiliar Administrativo	1 a 5 anos	E-mail

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados retornados

Os resultados evidenciam que o número de funcionários nas empresas pesquisadas varia em maior proporção de 1-10 funcionários, representando 13 dos 26 questionários. Observa-se uma vasta variação de empresas quanto ao seu ramo de atividade, proporcionando assim uma melhor variabilidade de pesquisa.

A faixa etária predominante dos entrevistados foi a de 30-40 anos, (46,2%), ou seja, um público com maior vivência profissional. Os resultados também apontam que a predominância é do sexo feminino, com 15 dos 26 entrevistados, e que a maioria dos respondentes designa a função de Sócio Administrador, representando 26,9% do total de entrevistados.

Quanto ao tempo de empresa, verifica-se que não há nenhum entre os 26 entrevistados com menos de 1 ano de atuação na sua empresa. Na parte prática, foi realizada a pesquisa através de 2 tipos: presencialmente, com o retorno de 11 questionários, e por e-mail, com 15 respostas.

4.3.2 Motivo para Adesão a NFS-e

Foi solicitado aos contribuintes que fosse assinalado qual o principal motivo que o levou a aderir à NFS-e na sua empresa. As opções apresentadas foram: (1) Agilidade, ou seja, processamento mais rápido das informações, (2) Segurança, informações prestadas por meio eletrônico ao fisco, (3) Evolução Tecnológica, a

implementação de um software para transmissão das informações e (4) Praticidade, tornar mais simplificado os processos tradicionais.

Tais motivos citados no Quadro 6, foram elaborados conforme o Manual de Orientação da NFS-e e DMST-e, versão 1.3, disponível no site da prefeitura de Caxias do sul, onde são listados alguns motivos para que futuros contribuintes venham a aderir à nota fiscal de serviços eletrônica, e dentre esses motivos que estão no manual, é citado a Agilidade, Segurança, Evolução Tecnológica e a Praticidade, conforme pesquisa aplicada as empresas.

Quadro 6 – Principal motivo de Adesão a NFS-e

Motivos para aderir a NFS-e	Quantidade de empresas	Percentual Correspondente (%)
Praticidade	9	34,6
Agilidade	8	30,8
Segurança	7	26,9
Evolução Tecnológica	2	7,7
Total	26	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base no retorno dos dados

Dentre as quatro alternativas descritas no Quadro 6, pode-se verificar que as empresas pesquisadas em maior destaque optaram pelo principal motivo a aderir a NFS-e a praticidade, no qual se obteve 9 respondentes (34,6%). Por outro lado, analisando pelo motivo menos significativo para os contribuintes, apareceu à evolução tecnológica, que teve 2 respondentes (7,7%).

Portanto, a praticidade na opinião do autor, também é o motivo principal para adesão a NFS-e, pois com a implantação desse novo modelo eletrônico, o sistema utilizado fica de fácil acesso aos contribuintes e também os campos de preenchimento dos dados das notas fiscais são bem definidos e coerentes, assim podendo visualizar em tempo real as informações e já podendo fazer o envio ao cliente.

4.3.3 Vantagens e dificuldades encontradas após adesão da NFS-e

Os contribuintes foram questionados a respeito das vantagens e dificuldades que tiveram após a implementação da NFS-e em sua empresa. Como foi uma questão descritiva, os entrevistados poderiam escrever com suas palavras a opinião acerca da pergunta solicitada.

Conforme o Portal da Nota fiscal Eletrônica (2016), na aba módulos NFS-e, é mencionado que esse projeto visa o benefício das administrações tributárias, padronizando e melhorando a qualidade das informações, racionalizando os custos e gerando maior eficácia, bem como o aumento da competitividade das empresas brasileiras pela racionalização das obrigações acessórias, em especial a dispensa de emissão e guarda de documentos de papel, ou seja, condiz com o que a maioria dos entrevistados relacionou como vantagens na implementação desse modelo eletrônico.

Quadro 7 – Vantagens da implementação da NFS-e

Vantagens encontradas após a adesão	Quantidade de Empresas	Percentual Correspondente (%)
Redução de Custos	8	30,8
Informações em tempo real	5	19,2
Guarda de documentos na web	3	11,5
Assertividade na emissão de Notas	3	11,5
Desnecessária confecção de AIDF	2	7,7
Agilidade nos processos	2	7,7
Controle sobre emissão dos documentos	2	7,7
Redução de tempo na hora de faturar	1	3,9
Total	26	100

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Dentre todas as vantagens listadas pelos 26 contribuintes entrevistados, foi evidenciada com maior relevância a redução de custos, que teve 8 respostas (30,8%). Vale destacar também, a informação em tempo real que teve 5 respostas (19,2%), estas vantagens somadas tiveram metade da preferência pelos respondentes. A vantagem menos expressiva verificada pelos contribuintes foi a redução de tempo na hora de faturar, onde se teve apenas 1 resposta (3,8%).

Na opinião do autor, ele citaria mais de uma vantagem a adesão da NFS-e, mas a principal é a redução de custos, pois irá diminuir gastos com papel, confecção de talonário de notas fiscais, redução de custos de armazenamento de documentos fiscais, entre outros.

Quadro 8 – Dificuldades da implementação da NFS-e

Dificuldades encontradas após a adesão	Quantidade de Empresas	Percentual Correspondente (%)
Nenhuma dificuldade	10	38,5
Adequação ao sistema da Prefeitura	7	26,9
Investimentos em Software	3	11,6
Treinamento com o pessoal	2	7,7
Interpretação de legislações e manuais	2	7,7
Sistema público cai por inatividade	1	3,8
Automatização de alguns campos informativos	1	3,8
Total	26	100

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Quanto às dificuldades encontradas após a adesão ao novo modelo da NFS-e, os entrevistados salientaram com maior expressão que não existe nenhuma dificuldade encontrada, com 10 respostas (38,5%). Em seguida com 7 respostas (26,9%) uma dificuldade enfrentada foi adequação ao sistema da Prefeitura. Com menos relevância tivemos 1 resposta (3,8%) a respeito de o sistema cair por inatividade e a automatização de alguns campos informativos.

De acordo com as respostas encontradas, pode-se analisar que são poucas pessoas que possuem algum tipo de dificuldade, até pelo fato de que o site da prefeitura municipal de Caxias do sul possui uma aba “Perguntas e Respostas”, onde muito desses problemas podem ser resolvidos.

Cleto (2006) diz que a principal dificuldade para o contribuinte será a difusão cultural para a quebra de tradicionais paradigmas. Cria certo desconforto porque o brasileiro é “coleccionador de papel por excelência”, e a falta de maiores conhecimentos da área da tecnologia acaba gerando o que costuma se chamar de pânico digital.

4.3.4 Papel do Contador perante a adaptação da NFS-e

Foi solicitada uma questão aos entrevistados no qual perguntava qual o papel do contador perante uma melhor adaptação da NFS-e em sua empresa, ou seja, o que o contador poderia contribuir para minimizar os problemas e dificuldades encontradas durante o processo de implantação.

Quadro 9 – Papel do Contador perante adaptação da NFS-e nas empresas

Papel do contador	Quantidade de Empresas	Percentual Correspondente (%)
Orientar e instruir o cliente como proceder na emissão dos documentos fiscais	9	34,6
Ajudar e assessorar a adaptação ao novo sistema	8	30,8
Encaminhar os informativos e explicar os manuais para melhor compreensão do cliente	4	15,4
Auxiliar o programador do sistema da empresa a fins de cumprir com a legislação em vigor	4	15,4
Buscar informações na legislação pertinentes a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)	1	3,8
Total	26	100

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Conforme a tabulação dos resultados encontrados, através do Quadro 9 apresentado, pode-se verificar que a principal função do contador é orientar e instruir o cliente como proceder na emissão de documentos fiscais, onde se teve 9 respondentes (34,6%). Em seguida com 8 respostas ficou a função de ajudar e assessorar a adaptação ao novo sistema (30,8%), e com apenas 1 resposta, simbolizando 3,8% dos respondentes, ficou buscar informações na legislação pertinentes a NFS-e.

O contador deve ser um tradutor de informações, sendo capaz de interpretá-las e associá-las ao processo de tomada de decisões (MARION, 2005). Ou seja, em qualquer esfera federal, estadual, municipal o contador é de extrema importância para delinear os processos empresariais e com isso tem seu papel importante como foi relatado na pesquisa aplicada aos clientes.

4.3.5 Tipos de Sistemas Informatizados

Foi elaborada uma questão de assinalar com referência ao sistema de informatização utilizado pela empresa, que conforme a legislação menciona que pode ser: (1) Particular, ou seja, no qual a pessoa jurídica prestadora de serviço é responsável por adquirir um sistema terceirizado ou (2) Público, no qual é disponibilizado no endereço eletrônico da prefeitura de Caxias do Sul. As respostas assinaladas podem ser vistas no Quadro 10.

Quadro 10 – Tipos de Sistemas

Opções de Sistemas	Quantidade de Empresas	Percentual Correspondente (%)
Público	18	69,2
Particular	8	30,8
Total	26	100

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Quanto ao questionamento sobre qual o tipo de sistema utilizado na empresa dos entrevistados, verificou-se que das 26 empresas, 18 utilizam o sistema público disponibilizado pela prefeitura de Caxias do Sul, representando 69,2%, por outro lado 8 empresas utilizam o sistema particular, representando 30,8%.

Na opinião do autor, isso representa que o software disponibilizado gratuitamente pela prefeitura de Caxias do Sul, fornece os mecanismos essenciais para utilização e garante a segurança do envio das informações dos contribuintes. Com isso, os futuros contribuintes que venham a aderir a NFS-e, possam utilizar o sistema público sem a necessidade de investir em um particular.

Mas por outro lado, as empresas que optaram pela implementação de um sistema ERP (Enterprise Resource Planning), visaram aumentar a eficiência da empresa, otimizando a capacidade para fazer negócios em qualquer lugar do mundo. Como vantagens pode-se citar: a agilidade nas oportunidades de negócio, visibilidade, base única de dados e informações em tempo real (STAMFORD, 2000).

Para os contribuintes que optaram por adquirir um sistema particular, foi questionado através de uma pergunta aberta o nome da empresa de Software que é utilizado para emissão dos documentos eletrônicos, esses resultados estão expressos no Quadro 11.

Quadro 11 – Identificação da empresa de Software

Nome da Empresa de Software	Quantidade de Empresas que utilizam
Effective	2
TOTVS	2
LPFlex	1
Focco	1
Millenium	1
Conecta	1
Total	8

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Conforme os dados apurados no Quadro 10, que mostra o tipo de sistema utilizado pelas empresas, 8 empresas utilizam um sistema terceirizado. Verifica-se que há uma diversidade entre as empresas de software listadas, Effective e TOTVS são utilizadas por 2 empresas, enquanto Focco, Millenium, Conecta possuem 1 empresa cada.

4.3.6 Investimento em Contratação de Pessoal, Treinamentos e Software

Os entrevistados foram solicitados a responder, em perguntas fechadas, referente aos tipos de investimentos e valores investidos quando houve necessidade, após a implementação da NFS-e em sua empresa. O primeiro questionamento teve como foco o investimento realizado em contratação de pessoal.

Quadro 12 – Necessidade de Contratação de Pessoal

Opções	Quantidade de Empresas	Percentual Correspondente (%)
Não	21	80,8
Sim	5	19,2
Total	26	100%

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Conforme o Quadro 12, é possível observar que grande parte das empresas pesquisadas não precisou fazer contratações extras para suprir as necessidades da implantação da NFS-e. Apenas 5 das 26 empresas entrevistadas necessitaram fazer investimentos em pessoal, simbolizando 19,2%, enquanto 80,8% das empresas permaneceram com o mesmo quadro de funcionários.

Na opinião do autor, a justificativa das empresas não necessitarem investir em pessoal, tem relação com os dados encontrados no Quadro 10, que verifica qual o tipo de sistema utilizado pela empresa. Predominantemente as empresas utilizam o sistema próprio da prefeitura, e na visão dos contribuintes entrevistados, o sistema atende aos requisitos para utilização. Portanto, não há necessidade de investir em pessoal, e sim, apenas instruir o pessoal que atualmente está na empresa.

Para as empresas que houve a necessidade de contratação de pessoal, foi realizada uma pergunta adicional, para poder verificar o valor investido, e os resultados estão descritos no Quadro 13.

Quadro 13 – Valor do Investimento em Contratação de Pessoal

Investimento (R\$)	Quantidade de Empresas
100,00 a 800,00	0
800,01 a 1.500,00	2
1.500,01 a 2.000,00	2
2.000,01 a 3.000,00	1
Mais de 3.000,01	0
Total	5

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Para as 5 empresas que necessitaram investir em pessoal, 2 delas tiveram um investimento de R\$ 800,01 a R\$ 1.500,00, outras 2 investiram na faixa de R\$ 1.500,01 a R\$ 2000,00 e 1 empresa investiu de R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00.

Na opinião do autor, a contratação de pessoal em relação as 5 empresas apresentadas no Quadro 12, teve como principal objetivo a grande demanda de notas fiscais, e com isso as empresas necessitaram investir em pessoal, para suprir essa sobrecarga e responsabilizar uma pessoa para gerenciar os documentos eletrônicos.

O segundo questionamento em relação a investimentos extras da empresa, foi se houve necessidade de treinamentos para os colaboradores.

Quadro 14 – Necessidade de Treinamentos

Opções	Quantidade de Empresas	Percentual Correspondente (%)
Não	17	65,4
Sim	9	34,6
Total	26	100

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Baseando-se pelos dados coletados, conforme Quadro 14, pode-se verificar que 9 empresas demandaram treinamentos, simbolizando 34,6%, e 17 empresas não precisaram investir, ou seja, 65,4%.

Conforme a visão do autor, o sistema utilizado pela prefeitura é eficaz e de fácil acesso aos contribuintes. Ele vivencia na sua área profissional a emissão de documentos eletrônicos através do software disponibilizado pela prefeitura, e as dúvidas que ocorreram foram solucionadas através dos manuais e do suporte que está disponibilizado, portanto não havendo a necessidade de gastos em treinamentos.

Quadro 15 – Valor do Investimento em Treinamentos

Investimento (R\$)	Quantidade de Empresas
100,00 a 500,00	5
500,01 a 1.000,00	3
1.000,01 a 2.000,00	1
2.000,01 a 2.500,00	0
Mais de 2.500,01	0
Total	9

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Pode-se verificar que 5 empresas tiveram um investimento entre R\$ 100,00 a R\$ 500,00, 3 empresas investiram entre R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00 e 1 empresa que investiu um pouco mais em relação às outras, no valor de R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00.

Através da visão do autor, pode-se concluir que essa mínima parcela de empresas que optaram por investir em treinamentos(cursos), focou no objetivo principal: ter a informação correta, passada através de um especialista da área fiscal, para que no futuro não ocorra problemas relacionados à sua empresa.

Para fechar o bloco de perguntas referente aos investimentos, foi questionado aos entrevistados qual o valor aproximadamente gasto em Software na sua empresa. Estes dados estão constados no Quadro 16.

Quadro 16 – Necessidade de Investimento em Software

Opções	Quantidade de Empresas	Percentual Correspondente (%)
Não	18	69,2
Sim	8	30,8
Total	26	100

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Segundo o questionamento referente à aquisição de software para as empresas, 8 entrevistados responderam que sim (30,8%), e outros 18 responderam que não precisaram investir em software, simbolizando 69,2%.

Na opinião do autor, o Software disponibilizado pela prefeitura de Caxias do Sul, possui diversos mecanismos facilitadores para que a emissão dos documentos eletrônicos seja de forma rápida, prática e correta. Portanto, concorda com os 18

entrevistados(69,2%) que optaram por não investir, pois, acredita-se que seria um investimento irrelevante para as empresas.

Para as empresas que investiram em Software, foi questionado qual o valor do investimento pela aquisição. Estes dados constam no Quadro 17.

Quadro 17 – Valor do Investimento em Software

Investimento (R\$)	Quantidade de Empresas
500,00 a 2.000,00	5
2.000,01 a 3.500,00	1
3.500,01 a 5.000,00	2
5.000,01 a 6.000,00	0
Mais de 6.000,01	0
Total	8

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Pode-se observar que, das 8 empresas entrevistadas, 5 tiveram um investimento entre R\$ 500,00 a R\$ 2.000,00. Isso porque já possuíam um software, e apenas fizeram a inclusão em seu sistema do módulo da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e). Nas demais, 1 empresa investiu entre R\$ 2.000,01 a R\$ 3.500,00 e 2 empresas tiveram um investimento maior entre R\$ 3.500,01 a R\$ 5.000,00. O investimento foi maior nessas 3 empresas, pois foi implementado além do modelo eletrônico da NFS-e, outros módulos de sistema gerencial.

Na visão do autor e conforme as entrevistas aplicadas, essas 8 empresas que optaram por terceirizar o seu sistema, já utilizavam o sistema para outros módulos, como o módulo de Faturamento (Nota Fiscal Eletrônica), módulo Financeiro e de Recursos Humanos. Portanto, muitas empresas fizeram a inclusão da NFS-e com o objetivo de padronizar todas as informações em seu sistema particular.

4.3.7 Visão Geral do Contribuinte referente à NFS-e

Na última pergunta do questionário foi solicitado aos entrevistados, em uma pergunta aberta que manifestassem sua opinião acerca do principal objetivo da criação desse novo modelo de documento eletrônico, ou seja, os impactos para os contribuintes, contadores e receita municipal com a implantação da nota fiscal de serviços eletrônica.

A partir das respostas encontradas, foi realizada uma categorização para que não houvesse resultados parecidos ou em duplicidade, conforme segue o Quadro 18.

Quadro 18 – Visão do Contribuinte referente à criação do modelo da NFS-e

Objetivos da criação da NFS-e	Quantidade de Empresas	Percentual Correspondente (%)
Minimizar a sonegação de impostos e informações	9	34,6
Modernizar os processos	7	26,9
Aprimoramento da relação entre contribuinte e fisco	5	19,3
Acompanhamento em tempo real pela fiscalização	2	7,7
Controle e Armazenamento das notas fiscais	2	7,7
Segurança na prestação de informações à prefeitura	1	3,8
Total	26	100

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Os entrevistados responderam em maior proporção, que o objetivo principal da criação do modelo eletrônico da NFS-e, é minimizar a sonegação de impostos e informações, onde teve 9 respondentes (34,6%), seguindo de 7 respondentes que optaram pela modernização dos processos (26,9%), e 1 respondente optou pela segurança na prestação de informações à prefeitura (3,8%).

De acordo com a percepção do autor, todos os objetivos listados pelos entrevistados têm importância nesse contexto, mas acredita-se que o principal deles é ter um melhor controle das informações prestadas, pelo fato de ser por meio eletrônico e diminuindo as tentativas de evasão fiscal, ou seja, sonegação de informações e impostos.

Para concluir, a Receita Federal do Brasil (2010) aborda os benefícios da elaboração do Projeto SPED, que é o “projeto guarda-chuva” em que se engloba a NFS-e. Segundo ela, os principais benefícios são o aumento da confiabilidade da nota fiscal, diminuição da sonegação e aumento da arrecadação de que lhe é devida, conseqüentemente: melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos e, redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto nos tópicos anteriores, de um modo geral, pode-se observar através dos questionários aplicados aos prestadores de serviço de Caxias do Sul, que a maioria das empresas entrevistadas é de pequeno porte, possuindo um quadro de funcionários entre 1 e 10 empregados.

Deve-se destacar que existe uma grande variação do ramo das empresas entrevistadas, que proporciona uma melhor análise sobre o assunto. A média de idade dos entrevistados também se destaca em uma grande proporção de pessoas entre 30 e 40 anos, ou seja, um público com maior experiência profissional.

Percebe-se também que, a predominância do público entrevistado foi do sexo feminino, simbolizando 15 mulheres, das 26 pessoas entrevistadas, e que boa parte dos entrevistados exerce a função na sua empresa de Sócio Administrador, representando 7 pessoas de um total de 26.

Cabe ressaltar que, quanto ao tempo de atuação na empresa de cada entrevistado, nenhum dos 26 respondentes possui menos de 1 ano de empresa e a pesquisa foi aplicada de 2 tipos: presencialmente, onde se teve o retorno de 11 questionários, e por e-mail, com 15 respostas.

Após enfatizar as principais informações que compete a respeito do perfil do entrevistado e da sua empresa, o Quadro 19 traz como finalidade destacar a resposta mais predominante conforme o roteiro de questões aplicadas do questionário.

Quadro 19 – Informações destacadas do Questionário

Questão Aplicada ao Entrevistado	Resposta Predominante	Percentual Correspondente (%)
Motivo para Adesão a NFS-e	Praticidade	34,6
Vantagem da Implementação da NFS-e	Redução de Custos	30,8
Dificuldade da Implementação da NFS-e	Nenhuma dificuldade	38,5
Papel do Contador referente a NFS-e	Orientar e instruir o cliente como proceder na emissão dos documentos fiscais	34,6
Tipo de Sistema Informatizado	Público	69,2
Investimento em Pessoal	Não	80,8
Investimento em Treinamentos	Não	65,4
Investimento em Software	Não	69,2
Visão do Contribuinte referente a NFS-e	Minimizar a sonegação de impostos e informações	34,6

Fonte: Elaborado pelo autor conforme retorno dos dados

Para finalizar, conforme as principais informações listadas no Quadro 19, através da aplicação do questionário, pode-se concluir que no âmbito geral para as empresas entrevistadas do município de Caxias do Sul na implementação do novo modelo da NFS-e, na maioria das empresas proporcionou predominantemente aspectos positivos.

Destaca-se a grande aprovação pelo sistema informatizado disponibilizado gratuitamente pela prefeitura de Caxias do Sul, que faz com que as empresas não necessitem investir em software terceirizado e também pelo fato de ser prático em sua utilização.

É possível concluir que o novo modelo eletrônico foi bem aceito pelas empresas, gerando redução de custos e facilitando as rotinas diárias de trabalho dos contribuintes.

5 CONCLUSÃO

A inovação tecnológica proporciona que as informações sejam trocadas em tempo real, para qualquer parte do mundo. Com base na rapidez que as informações são transmitidas as empresas devem ficar atentas aos seus controles, pois a tecnologia tornou-se uma arma competitiva estando presente em todas as áreas das empresas. O governo, por sua vez, está modernizando procedimentos, pois as informações que antes eram entregues em arquivos de papel, hoje são transmitidas eletronicamente, e órgãos fiscalizadores têm a informação mais rapidamente.

Um dos projetos desenvolvidos pelo governo após o avanço tecnológico foi o SPED. Ele é composto por doze subprojetos, todos com o propósito de unificar informações, eliminar o papel, reduzir custos, rapidez no acesso às informações, e simplificar as obrigações acessórias dos contribuintes. Um dos subprojetos que compõem o projeto SPED é a NFS-e, modelo exclusivamente eletrônico que tem a sua natureza no ramo da prestação de serviço.

No município de Caxias do Sul, a NFS-e está implantada, porém não há obrigatoriedade para todas as empresas se enquadrar, exceto as empresas que estiverem dentro do faturamento estipulado pela legislação municipal. Assim, o objetivo geral deste presente estudo foi analisar quais os benefícios, vantagens e dificuldades que os contribuintes de Caxias do Sul tiveram na implementação do modelo eletrônico da NFS-e.

Para atingir este objetivo, foi aplicado um questionário nas empresas do Escritório Sucesso LTDA, que foram selecionadas através de critérios estipulados pelo autor para a escolha das empresas entrevistadas, aplicando um roteiro de perguntas abertas e fechadas, com base na visão geral que os contribuintes verificaram durante o processo de implementação da nota fiscal de serviços eletrônica em seu estabelecimento.

Após as entrevistas com os responsáveis de cada empresa, foi realizada a coleta dos dados através de planilhas do Excel, para apuração dos resultados obtidos. Na tabulação das informações, foram utilizados quadros auto-explicativos para demonstrar os resultados encontrados, e a seguir, as análises de cada questão solicitada ao entrevistado com base na opinião do autor, legislações e artigos.

Através da pesquisa realizada com os contribuintes, conclui-se que as principais vantagens e benefícios da implementação da NFS-e são a redução de custos, as informações em tempo real, a guarda de documentos na web e a assertividade na emissão de notas. Já as principais dificuldades apontadas pelos entrevistados são a adequação ao sistema da Prefeitura, os investimentos em software, o treinamento com pessoal e a interpretação de legislações e dos manuais.

Toda pesquisa possui limitações ligadas ao contexto em que foi realizada, sejam elas teóricas, metodológicas ou práticas. Com relação às limitações deste estudo, pode-se considerar que esta pesquisa restringiu-se a um determinado escritório, fazendo com que os dados e a interpretação dos resultados se limitem a população pesquisada. Outro fator limitante é o tamanho da amostra, que ao se apresentar em um número reduzido de empresas, faz com que não seja possível generalizar os resultados encontrados.

Como a implementação da NFS-e não é obrigatória para todas as empresas no município de Caxias do Sul, é necessária a propagação do assunto, visto que novas atualizações, legislações e manuais irão ser implementadas e com isso irá surgir novas dúvidas e dificuldades na adaptação e implementação. Assim, se faz necessário desenvolver pesquisas futuras que abranjam novos prestadores de serviço, a fins de verificar a opinião do contribuinte.

REFERÊNCIAS

- ALBERTIN, Alberto Luiz, **Benefício do uso de tecnologia de informação no desempenho empresarial**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3089/P00319_1.pdf?sequence>. Acesso em: 18 Out. 2016.
- ALBERTÃO, Sebastião Edmar. **ERP-Sistemas de Gestão Empresarial: metodologia para avaliação, seleção e implantação para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Iglu, 2001.
- ALECRIM, Emerson. **O que é Tecnologia da Informação (TI)**. Artigo encontrado na WEB em <http://infowester.com/co1150804.php>. Acesso em: 15 Out. 2016.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2007.
- BARROS, Sidney Ferro. **Contabilidade Básica**. 3ª ed. São Paulo: IOB, 2007.
- BERTHOLO, Priscila. **A Contabilidade Integrada e os Sistemas de Informações para fins gerenciais**. Disponível em: www.facef.br/quartocbs/arquivos/24.pdf. Acesso em 07 Out. 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm - Acesso em 24 Out. 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Dispõem sobre a instituição do SPED. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.html>>. Acesso em: 13 Set. 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013**. Dispõem sobre as alterações do SPED. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2013/dec7979.html>>. Acesso em: 17 Out. 2016.
- BRASIL. **Esclarecimento sobre projeto SPED**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/>>. Acesso em: 04 Out. 2016.
- CATELLI, Armando; SANTOS, Edilene. Gestão Econômica de Investimentos em ativos fixos. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, vol.14, nº 31, 2003.
- CAXIAS DO SUL. **Lei Complementar nº 459 de 12/06/2014**. Disponível em: <<https://nfse.caxias.rs.gov.br/site/legislacao/>>. Acesso em: 18 Out. 2016

CAXIAS DO SUL. **Decreto nº 17.920, de 14 de Dezembro 2015**. Regulamenta a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), o Recibo Provisório de Serviços (RPS) e a Declaração Mensal de Serviços Tomados eletrônica (DMST-e). Disponível em: <<https://nfse.caxias.rs.gov.br/site/legislacao/>>. Acesso em: 13 Out. 2016.

CAXIAS DO SUL. **Instrução Normativa SRM nº 005/2014 de 01/09/2014**. Institui os Materiais Técnicos, orientações e normas específicas a serem cumpridas pelo emitente de Notas Fiscais de Serviços eletrônicas – NFS-e, Recibos Provisórios de Serviços – RPS, Declarações Mensais de Serviços Tomados eletrônicas – DMST-e e dá outras providências. Disponível em :<<https://nfse.caxias.rs.gov.br/site/legislacao/>>. Acesso em: 02 Out. 2016.

CAXIAS DO SUL. **Instrução Normativa SRM Nº 002/2015 de 08/04/2015**. Antecipa data de ingresso ao Sistema da Nota Fiscal de Serviços eletrônica – NFS-e. Disponível em: <https://nfse.caxias.rs.gov.br/site/legislacao/>. Acesso em: 02 Out. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. Ed. São Paulo: Makron Books, 2007.

COLOMBO, Aline Aparecida; SARAIVA Antonio Wanderlan Pereira; FERREIRA, Ademilson. Nota Fiscal Eletrônica: Transparência e Avanço Tributário. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis**, nº 12, Ano VI, Outubro de 2008.

CORREIA, Fabrício Davi. **O Sistema de Informação para a Contabilidade**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-sistema-de-informacao-para-a-contabilidade/68718/> - Acesso em: 07 Out.2016.

CPC 00, DE 11 DE JANEIRO DE 2008. Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf Acesso em: 15 Out.2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2007;

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CT-e. **Manual de Orientações do Contribuinte Padrões Técnicos de comunicação**. Disponível em: <<http://www.cte.fazenda.gov.br/listaHistorico.aspx?tipoConteudo=kcg4W7n21bU=>>>. Acesso em: 26 Out. 2016.

DREHER, F. Corrida pro SPED. **Information WEEK Brasil**, n. 212 p. 18-25, 2009.

DUARTE, Roberto Dias. **SPED: Sistema Público Escrituração Digital de**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 2008.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal – III: O Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil**. Editora cafelaranja comunicação, 2009.

DUARTE, A.W.B.D. Survey. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho , profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=203>. Acesso em: 29 Out. 2016.

FELIPPE, Waldemar. **Certificação Digital - A validade e aplicabilidade do e-CNPJ na Assinatura Digital de Documentos Eletrônicos**, 2006. Disponível em: <http://www.qualisoft.com.br/Artigos/Artigo200601-01.asp>. Acesso em: 08 Out. 2016.

FERRER, Florência. **Reestruturação capitalista**. Caminhos e descaminhos da tecnologia da informação. São Paulo: Moderna, 1998.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FRIEDRICH, Diego Mostardeiro. MEDINA, Roseclea Duarte. **Certificação Digital Acadêmica**: Implantação do Sistema de Gerenciamento de Certificados Digitais ICPEDE na UFSM. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo10/artigos/2iDiego.pdf> - Acesso em: 08 Out. 2016.

GASPARETTO, Luiz Eduardo. **Prestação de serviço**: A mentalidade de bem servir Disponível em: <<http://www.blogdogasporetto.com.br/prestacao-de-servicos-amentalidade-de-bem-servir/>>. Acesso em: 15 Out. 2016.

GERON, Cecília Moraes Santos. **Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos 30 anos**: da Lei 6.404/76 à Lei 11.638/07. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/47120554.pdf> Acesso em: 15 Out. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRECO, Alvíso; AREND, Lauro. **Contabilidade**: teoria e prática básicas. 9ª edição. Porto Alegre. Editora Sagra Luzzatto. 2001.

HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. 1999. **Teoria da Contabilidade**. 5ª ed., São Paulo, Atlas, p.38.

HIROSHI, Silvio. **Um plano de marketing para a contabilidade**. Disponível em: http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad17/index_arquivos/titu4.pdf Acesso em: 07 Out. 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de / MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 3ª edição, São Paulo: ed. Atlas, 2002.

JANINI, Tiago Cappi. **Direito tributário eletrônico**: SPED e os direitos fundamentais do contribuinte. Curitiba: Juruá, 2014.

JORNAL DO COMÉRCIO. Porto Alegre: Porto Alegre adota a nota fiscal eletrônica dos serviços. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=181612>
Acesso em: 15 Out. 2016.

LAUDON, K. C.; LAUDON J. P. **Sistemas de informação gerenciais**: administrando a empresa digital. 7. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

LINS, José Pessoa. 2005. **Conceitos Básicos de Contabilidade**. Disponível em: https://portalesafaz.sefaz.pe.gov.br/moodle/cursos/Conceito_Contabilidade_atual/apostila/Apostila%20de%20Contabilidade.pdf - Acesso em: 23 Out. 2016.

LOPES, João Batista. **A prova no direito processual civil**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MAJOR, Maria. O positivismo e a pesquisa 'alternativa' em Contabilidade. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.28, n.74, p.173-178, mai.2017.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANUAL DE CONECTIVIDADE DA DMST-E – DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS TOMADOS ELETRÔNICA - VERSÃO 2.0. Disponível em: <https://nfse.caxias.rs.gov.br/site/manuais/>. Acesso em: 22 Out. 2016.

MANUAL DE CONECTIVIDADE DA NFS-E - VERSÃO 1.6.5. Disponível em: <https://nfse.caxias.rs.gov.br/site/manuais/>. Acesso em: 07 Out. 2016.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DA NFS-E E DMST-E - VERSÃO 1.3. Disponível em: <https://nfse.caxias.rs.gov.br/site/manuais/>. Acesso em: 07 Out. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

_____; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 36ª. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELLO, Carlos (Org.). **Métodos quantitativos**: pesquisa, levantamento ou survey. Aula 09 da disciplina de metodologia de pesquisa na UNIFEI. Disponível em: http://www.carlosmello.unifei.edu.br/Disciplinas/Mestrado/PCM-10/Slides-Mestrado/Metodologia_Pesquisa_2012-Slide_Aula_9_Mestrado.pdf. Acesso em: 28 Out. 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

NARDON FILHO, A. **Da escrituração manual ao SPED: a relação do fisco com as empresas.** Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial.** São Paulo: Atlas, 13ª Ed, 2002, 505p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistemas de informação contábil.** 7ª. Ed. Atlas, 2010.

_____. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise.** 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PARIZOTO, Orides Domingos. **Certificação Digital: Como implantar uma autoridade certificadora.** Santa Catarina: UNC-Concórdia, 2003.

PEREIRA, F. H. **Metodologia de Formação de preços de venda para micro e pequenas empresas.** 2000. 160f. Dissertação (Mestrado Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

PESCE, R.A. Planejamento Tributário. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n.533, p.1-5, 2005.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Contabilidade e Finanças.** Disponível em <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/42993/o-conceito-de-contabilidade>. Acesso em: 22 Out. 2016.

PORTAL SPED. **Módulos.** Disponível em <http://sped.rfb.gov.br/pasta/show/9> - Acesso em: 22 Out. 2016.

PORTO, Maria Alice Guedes; BANDEIRA, Anselmo Alves. **A importância dos sistemas de informações gerenciais para as organizações.** XIII SIMPEP – Bauru, São Paulo, Brasil, 6 a 8 de Novembro de 2006.

PROTOCOLO ENAT 03/2005. Disponível em: http://www.sefaz.go.gov.br/portal_notafiscal/legislacao_protocolo_ENAT_03.2005.pdf. Acesso em: 13 Out. 2016.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil.** São Paulo: Editora Saraiva 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Maria Jaqueline Santores. SPED o impacto do SPED na contabilidade, desafios e perspectivas do profissional contábil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Santa Catarina, v.10, n.29, 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. 3ª edição, São Paulo: ed. Atlas, 2000.

SERASA. Disponível em: <<http://serasa.certificadodigital.com.br/o-que-e/>>. Acesso em: 27 Set. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

STAMFORD, P.P. **ERPS: prepara-se para esta mudança**. 2000. Disponível em: <<http://www.kmpress.com.br/portal/artigos/preview.asp?id=134>>. Acesso em: 24 Abr. 2017.

STROEHER, Angela Maria; FREITAS, Henrique. O uso das Informações Contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração – RAUSP**, São Paulo, v.1, n.1, 2012.

SILVA, Adriana Netto. **Inovações tecnológicas na administração pública: o saber e sua aplicação pelos servidores públicos**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Anais do II SENEPT. Belo Horizonte, 2010.

SOARES, Fernando. Porto Alegre adota a nota fiscal eletrônica de serviços. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 10 de Dezembro de 2014.

VERGARA Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIEIRA, Marcono Fabio. **Gerenciamento de projetos de tecnologia da informação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ZANLUCA, Jonatan de Sousa. **Teoria da Contabilidade**. Disponível em: http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/teoria_da_contabilidade.htm - Acesso em: 23 Out. 2016.

ZANLUCA, Júlio César. **A importância da Gestão Tributária nas Empresas**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/artigos/gestaotributaria.htm> - Acesso em: 23 Out. 2016.

YOUNG, L. H. B. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá, 2009.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa sobre os impactos causados pela NFS-e às pessoas jurídicas prestadoras de serviço na cidade de Caxias do Sul.

Eu, Leonardo Kuhn da Silveira, aluno do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul – UCS, estou realizando um estudo sobre os impactos causados pela Nota Fiscal de Serviço Eletrônica às pessoas jurídicas prestadoras de serviço na cidade de Caxias do Sul, que aderiram esse novo modelo. O objetivo desse trabalho de conclusão de curso (TCC) é esclarecer para futuros contribuintes, os benefícios e mudanças proporcionados por esse modelo eletrônico. Cabe salientar que não é necessária a identificação da empresa.

1) Sexo:

Masculino

Feminino

2) Qual a sua idade:

17-25

25-30

30-40

mais de 40

3) Função que exerce na empresa:

4) Há quanto tempo atua nessa empresa:

Menos de 1 ano

1 a 5 anos

5 a 10 anos

Acima de 10 anos

- 5) Quantidade de Funcionários da sua empresa:
- () 1-10 funcionários
 - () 11-20 funcionários
 - () 21-40 funcionários
 - () 41-100 funcionários
 - () Acima de 100 funcionários
- 6) Quando analisado o contexto que envolve a nota fiscal de serviço convencional e a nota fiscal de serviço eletrônica, podem-se perceber muitas mudanças. Relacionado a esse contexto assinale o principal motivo que o levou a aderir o novo modelo eletrônico de Nota fiscal de serviço.
- () Agilidade
 - () Segurança
 - () Evolução Tecnológica
 - () Praticidade
- 7) Cite qual foi a principal vantagem e dificuldade encontrada após a adesão da NFS-e:
- 8) Qual o papel do contador perante a adaptação da NFS-e em sua organização?
- 9) O sistema informatizado para geração e emissão da NFS-e, segundo a legislação, pode ser: particular, no qual a pessoa jurídica prestadora do serviço é responsável por adquirir um sistema que se enquadre no layout estipulado nos manuais dispostos na legislação, ou público o qual é disponibilizado no endereço eletrônico da prefeitura de Caxias do Sul. Assinale o sistema informatizado pela sua empresa para emissão das NFS-e:
- () Particular
 - () Público

- 10) Se no questionamento anterior sua resposta foi particular, informe a Nome da empresa de software_____.
- 11) Após a implantação do novo modelo de notas fiscais eletrônica de serviço, foi necessário investir em contratação de pessoal?
() Sim
() Não
- 12) Se sua resposta foi Sim, favor marcar aproximadamente o valor desse investimento:
() R\$ 100,00 a R\$ 800,00
() R\$ 800,01 a R\$ 1.500,00
() R\$ 1.500,01 a R\$ 2.000,00
() R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00
() mais de R\$ 3.000,01
- 13) Foi necessário investimento em treinamentos?
() Sim
() Não
- 14) Se sua resposta foi Sim, favor marcar aproximadamente o valor desse investimento:
() R\$ 100,00 a R\$ 500,00
() R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00
() R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00
() R\$ 2.000,01 a R\$ 2.500,00
() mais de R\$ 3.000,00
- 15) Foi necessário investimento em Software?
() Sim
() Não

16) Se sua resposta for Sim, favor marcar aproximadamente o valor do investimento:

- R\$ 500,00 a R\$ 2.000,00
- R\$ 2.001,00 a R\$ 3.500,00
- R\$ 3.500,01 a R\$ 5.000,00
- R\$ 5.000,01 a R\$ 6.000,00

17) Na sua visão como contribuinte, qual seria o principal objetivo da criação desse novo modelo de documento eletrônico?

